

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**“FILHO ÉS PAI/MÃE SERÁS”:
DAS MEMÓRIAS DE INFÂNCIA AOS ESTILOS
PARENTAIS ATUAIS**

Manuel Rodrigo dos Santos Mendonça Romão

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA
(Secção de Psicologia Clínica e da Saúde / Núcleo de Psicologia Clínica
Dinâmica)

2018

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**“FILHO ÉS, PAI/MÃE SERÁS”:
DAS MEMÓRIAS DE INFÂNCIA AOS ESTILOS
PARENTAIS ATUAIS**

Manuel Rodrigo dos Santos Mendonça Romão

Dissertação orientada pela Prof^a. Doutora Salomé Vieira Santos

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA
(Secção de Psicologia Clínica e da Saúde / Núcleo de Psicologia Clínica
Dinâmica)

2018

Agradecimentos

Porque sem o apoio de algumas pessoas este trabalho não seria o mesmo...

O primeiro agradecimento vai para a Prof^a. Doutora Salomé Vieira Santos, a minha orientadora, por todo o rigor, disponibilidade, ajuda e apoio que me deu ao longo de todo o meu trabalho. Foi incansável!

Ao Colégio do Sagrado Coração de Maria, pela disponibilidade e colaboração prestada na recolha da amostra.

A todas as mães e pais que concordaram em participar neste estudo.

À minha família e amigos pelo apoio e força que me deram nesta fase final do meu percurso.

Este trabalho é um bocadinho de todos...

Resumo

O presente estudo incidiu nas memórias de infância de mães e pais de crianças em idade escolar (5/6-12 anos), relativas às práticas parentais dos seus próprios progenitores, e nos estilos parentais que são adotados, na atualidade, no desempenho do papel parental. Considerando as duas dimensões em estudo, pretendeu-se: determinar se há diferenças entre o grupo de mães e o grupo de pais; analisar se há variações em função do sexo da criança; explorar a relação entre elas. Os participantes foram 143 indivíduos: 80 mães, com idades entre os 29 e os 53 anos ($M = 43.51$; $DP = 4.47$), e 63 pais, com idades entre os 32 e 56 anos ($M = 45.39$; $DP = 5.60$). Utilizaram-se versões portuguesas do EMBU – Memórias de Infância (Canavarro, 1996) e do QDEP - Questionário de Dimensões e Estilos Parentais (versão reduzida) (Pedro, Carapito, & Ribeiro, 2015). Foi ainda recolhida informação sociodemográfica. Os resultados mostraram que as mães e os pais se diferenciaram na Sobreproteção (materna e paterna, mas neste caso o resultado foi marginalmente significativo) e no estilo Autoritativo. Em ambos os grupos, não se verificaram diferenças nas memórias de infância recordadas e nos estilos parentais atuais, em função do sexo da criança. Finalmente, nos dois grupos ocorreu uma relação positiva entre a Sobreproteção paterna e a adoção de um estilo Autoritário na atualidade, ocorrendo ainda no grupo de mães uma relação entre o Suporte Emocional materno e a adoção de um estilo Autoritativo na atualidade. Os resultados dão um contributo para um melhor entendimento das dimensões em estudo, em particular da sua relação, cuja literatura é ainda escassa, sugerindo a potencial influência das práticas parentais, vividas na infância, na vida adulta e no exercício da parentalidade na atualidade.

Palavras-Chave: parentalidade; memórias de infância; estilos parentais; mães; pais.

Abstract

This study focused on the childhood memories of mothers and fathers of school-aged children (5/6-12 years), regarding the parental practices of their own parents, and the parenting styles they currently adopted in their parental role performance. Considering the two dimensions under study, the aims were: to determine whether there are differences between the group of mothers and the group of fathers; to analyze whether there are variations according to the child's gender; to explore the relationship between those dimensions. There were 143 participants: 80 mothers, aged between 29 and 53 years ($M = 43.51$, $SD = 4.47$), and 63 fathers, aged between 32 and 56 years ($M = 45.39$, $SD = 5.60$). Two instruments were used: the Portuguese versions of the EMBU - Memories of Parental Rearing (Canavarro, 1996) and the PSDQ - Parenting Styles and Dimensions Questionnaire (Short-Form) (Pedro, Carapito, & Ribeiro, 2015). Sociodemographic information was also collected. The results showed that mothers and fathers differed in Overprotection (maternal and paternal, but in this case the result was marginally significant) and in the Authoritative style. In both groups, there were no differences in recalled childhood memories and in the current parenting styles, according to the child's gender. Finally, in both groups there was a positive relationship between paternal Overprotection and the current adoption of an Authoritarian style, and in the mothers' group a relationship between maternal Emotional Warmth and the current adoption of an Authoritative style. The results contribute to a better understanding of the studied dimensions, particularly their relationship, for which the literature is still scarce. These findings additionally point to the potential influence of parental practices experienced in childhood, on adulthood and on the performance of the parental role at the present time.

Key-Words: parenting; childhood memories; parenting styles; mothers; fathers.

Índice

Nota Introdutória	1
1. Introdução.....	4
1.1 Relação Pais-Criança nos Primeiros Anos de Vida	4
1.2 Relação Pais-Criança Durante a Idade Escolar	7
1.3 Memórias de Infância Relativas a Práticas Parentais.....	9
1.4 Estilos Educativos Parentais.....	12
1.5 Memórias de Infância Relativas a Práticas Parentais e Estilos Educativos Parentais	16
2. Objetivos e Hipóteses do Estudo	20
3. Método	21
3.1 Participantes.....	21
3.1.1 Caraterização dos Participantes	21
3.1.2 Caraterização das Crianças-Alvo	23
3.2 Instrumentos	24
3.2.1 EMBU – Memórias de Infância	24
3.2.2 QDEP – Questionário de Dimensões e Estilos Parentais (Versão Reduzida).....	25
3.2.3 Questionário Sociodemográfico e de Desenvolvimento	25
3.3 Procedimento	25
3.4 Procedimentos Estatísticos	26
4. Resultados	28
4.1 Análise Comparativa dos Grupos (Mães e Pais) nas Memórias de Infância Relativas a Práticas Parentais e nos Estilos Educativos Parentais.....	28
4.2 Análise das Memórias de Infância Relativas a Práticas Parentais e dos Estilos Educativos Parentais em Função do Sexo da Criança (Grupos de Mães e Pais)	29
4.3 Análise Correlacional das Memórias de Infância Relativas a Práticas Parentais com os Estilos Educativos Parentais (Grupos de Mães e Pais).....	31
5. Discussão.....	33

5.1 Diferenças entre Mães e Pais nas Memórias de Infância Relativas a Práticas Parentais e nos Estilos Educativos Parentais.....	33
5.2 Memórias de Infância Relativas a Práticas Parentais, Estilos Educativos Parentais, e Sexo da Criança	34
5.3 Relação entre Memórias de Infância Relativas a Práticas Parentais e Estilos Educativos Parentais	35
6. Conclusão	39
7. Referências	42

Índice de Quadros

Quadro 1. Caraterísticas Sociodemográficas dos Participantes	21
Quadro 2. Caraterísticas do Contexto Familiar dos Participantes.....	22
Quadro 3. Caraterísticas Sociodemográficas das Crianças-Alvo.....	23
Quadro 4. Memórias de Infância Relativas a Práticas Parentais – Comparação entre Mães e Pais (Médias, Desvios-Padrão e Valores de t e p).....	28
Quadro 5. Estilos Educativos Parentais – Comparação entre Mães e Pais (Médias, Desvios-Padrão e Valores de t e p).....	29
Quadro 6. Grupo de Mães - Memórias de Infância Relativas a Práticas Parentais em Função do Sexo da Criança (Médias, Desvios-Padrão e Valores de t e p).....	29
Quadro 7. Grupo de Pais - Memórias de Infância Relativas a Práticas Parentais em Função do Sexo da Criança (Médias, Desvios-Padrão e Valores de t e p).....	30
Quadro 8. Grupo de Mães - Estilos Educativos Parentais em Função do Sexo da Criança (Médias, Desvios-Padrão e Valores de t e p)	30
Quadro 9. Grupo de Pais - Estilos Educativos Parentais em Função do Sexo da Criança (Médias, Desvios-Padrão e Valores de t e p)	31
Quadro 10. Grupo de Mães - Correlação entre as Memórias de Infância Relativas a Práticas Parentais e os Estilos Educativos Parentais	32
Quadro 11. Grupo de Pais - Correlação entre as Memórias de Infância Relativas a Práticas Parentais e os Estilos Educativos Parentais	32

Nota Introdutória

O presente estudo centra-se nas memórias de infância de pais e de mães de crianças em idade escolar, relativas às práticas parentais dos seus próprios progenitores, e nos estilos parentais que são adotados, na atualidade, no desempenho do papel parental. Em geral, pretende-se averiguar se há uma relação entre a forma como os pais exercem o seu papel parental e o modo como foram educados na família de origem.

O impacto da família no desenvolvimento da criança (por exemplo, em termos relacionais e comportamentais) tem sido largamente estudado. A relação que a criança estabelece com a mãe (ou com o cuidador principal) durante os primeiros anos de vida irá ser marcante para o seu comportamento social futuro, orientando e modelando o estilo relacional da criança (Coimbra de Matos, 2002c). Acresce que os indivíduos internalizam as experiências que têm com outros significativos, passando estes a constituir modelos de relacionamento que, após formados, são resistentes a mudanças e a novas experiências (Bowlby, 1969/1982; ver também Weber, Selig, Bernardi, & Salvador, 2006). Ao haver resistência destes padrões face à mudança, os indivíduos, quando se tornam eles próprios pais, tendem a estabelecer com os filhos um padrão de relacionamento semelhante ao já conhecido e experimentado (Bowlby, 1969/1982; ver também Weber et al., 2006).

A avaliação das memórias de infância de adultos relativamente à educação e cuidados parentais recebidos tem permitido mostrar que existe, de facto, uma influência no bem-estar psicológico do indivíduo dos cuidados parentais que os adultos recordam (e.g., Rothrauff, Cooney, & An, 2009), considerando-se que práticas parentais positivas proporcionarão um desenvolvimento favorável e uma melhor qualidade de vida em adulto (e.g., Akun, 2017; Durand & Bali, 2017; Zimmermann, Eisemann, & Fleck, 2008). A literatura que aborda possíveis diferenças nas memórias de infância (referentes à educação e cuidados parentais recebidos) com base no sexo é ainda restrita, sugerindo semelhanças na perceção de pais e de mães relativamente aos cuidados recebidos por parte do pai e da mãe durante a infância (e.g., Boing, 2014). Contudo, os pais, comparativamente com as mães, referem menos sobreproteção parental na família de origem (Boing, 2014; Canavarro, 1996).

No que diz respeito aos estilos parentais, Baumrind (1966, 1967, 1971) propôs uma abordagem tipológica, identificando os estilos permissivo, autoritário e autoritativo, os quais são, ainda hoje, considerados pela literatura mais atual. Desde então, diversos autores, para além da própria Baumrind, têm vindo a estudar de que forma estes estilos afetam o desenvolvimento da criança, e condicionam o seu comportamento,

evidenciando-se, em grande parte da literatura na área, que o estilo autoritativo é o que promove mais benefícios para o desenvolvimento da criança, a nível socio-emocional e comportamental (e.g., Baumrind, 1967, 1971; ver Cardoso & Veríssimo, 2013; Smetana, 2017).

Apesar de alguns estudos identificarem diferenças nos estilos educativos em função do sexo parental (e.g., Correia & Ribeiro, 2012; Esteves, 2010; Pedro, Carapito, & Ribeiro, 2015; Russell et al., 1998) e do sexo da criança (Albuquerque, 2016; Azkeskin, Guven, Gural, & Sezer, 2013; Conrade & Ho, 2001; Correia & Ribeiro, 2012; Roskam & Meunier, 2009; Russel et al., 1998), os resultados têm sido inconsistentes, pretendendo o presente estudo contribuir para aumentar o conhecimento referente a estas variáveis. Acresce que esta intenção é extensível às memórias de infância, relativamente às quais se carece de informação no âmbito das referidas variáveis, principalmente no que diz respeito ao sexo da criança.

Este estudo relaciona as memórias de infância e os estilos parentais, relação esta que está ainda insuficientemente estudada, esperando-se que ele permita uma reflexão sobre a potencial influência que as práticas parentais, vividas na infância, terão na vida adulta, e especificamente no exercício da parentalidade na atualidade, ou seja, na altura em que a criança de então terá, ela própria, que educar e cuidar de um filho, esperando-se igualmente que o estudo seja útil para a implementação, no futuro, de formas de intervenção mais eficazes juntos de pais e mães que careçam de apoio no desempenho do papel parental.

Os objetivos principais do estudo contemplam, para além da análise da já mencionada relação entre as memórias de infância relativas a práticas parentais e os estilos educativos atuais, a averiguação de eventuais diferenças entre mães e pais em cada uma destas dimensões, explorando-se ainda variações em função do sexo da criança.

Este trabalho está dividido em 6 pontos. No primeiro ponto apresenta-se uma revisão de literatura (teórica e empírica) sobre a influência dos primeiros anos de vida no desenvolvimento do indivíduo, e também das mudanças e novos desafios que a idade escolar acarreta tanto para os pais como para os filhos, focando-se igualmente a relação entre as memórias de infância e os estilos parentais na atualidade, cuja literatura é muito escassa. No segundo ponto expõem-se os objetivos e as hipóteses delineadas para o estudo, seguindo-se um terceiro ponto com a metodologia utilizada. Neste ponto, para além de se fazer uma descrição dos participantes e dos instrumentos usados no estudo, apresentam-se os procedimentos no âmbito quer da recolha de dados, quer da análise

estatística dos mesmos. Do quarto ponto constam os resultados obtidos, organizados com base nos objetivos definidos para este estudo, os quais são discutidos no quinto ponto. Por fim, no sexto ponto, integra-se a conclusão geral do estudo, com referência às suas limitações e a algumas propostas de investigação futura.

1. Introdução

1.1 Relação Pais-Criança nos Primeiros Anos de Vida

“...os homens são anjos nascidos sem asas, é o que há de mais bonito, nascer sem asas e fazê-las crescer, isso mesmo fizemos com o cérebro, se a ele fizemos, a elas faremos, adeus minha mãe, adeus meu pai.”
(Saramago, 1982/2009, p. 187)

O ser humano nasce menos preparado para a vida, comparativamente com outras espécies, com mais neotenia (Marcelli, 2005), tendo que desenvolver um conjunto de características adicionais, designadamente através de padrões relacionais que se estabelecem no início do desenvolvimento, permissores da organização da vida mental. Neste sentido, Coimbra de Matos (2002h) refere que a diferença que existe entre o comportamento adulto e o comportamento infantil é, na espécie humana, mais marcada do que a diferença que se observa em qualquer outra espécie animal. Os animais mostram, desde cedo, comportamentos de maior independência face aos progenitores, procurando, de forma autónoma, a satisfação das suas necessidades biológicas (Coimbra de Matos, 2002h). O bebé humano, pelo contrário, devido à sua *prematuridade fisiológica* e à grande imaturidade do sistema nervoso central à nascença, vai confrontar-se com o mundo através de um equipamento (ainda) insuficiente para se adaptar ativamente ao meio que o rodeia, cabendo aos pais (ou aos seus substitutos) um papel ativo e de auxílio desde o início da vida, e tendo, por isso, uma influência no processo de crescimento e aprendizagem do bebé (ver Cardoso & Veríssimo, 2013; Coimbra de Matos, 2002h; Marcelli, 2005).

Muitos autores que se têm debruçado sobre o estudo da infância e das relações que se estabelecem neste período da vida, consideram que a relação com a mãe durante o primeiro ano de vida é marcante para o futuro comportamento social da criança, sendo esta relação primária que vai orientar e modelar o “estilo relacional” de cada indivíduo (Coimbra de Matos, 2002c; Mitchell, 1988). A mãe (ou o cuidador substituto) deve manter uma presença constante e a qualidade quer do contacto e interesse que mostra face à criança, quer da resposta às suas necessidades, constituindo um suporte necessário ao seu crescimento harmonioso (Coimbra de Matos, 2002e). A relação de objeto começa, pois, a ser estabelecida logo após o nascimento, e nela convergem ações, comportamentos e atitudes conscientes e inconscientes da mãe (Coimbra de Matos, 2002i). Todo o contacto físico e emocional que a criança recebe e sente desde o nascimento (e que

provém principalmente da mãe), irá ter repercussões na organização da relação primária, e na qualidade desta, integrando experiências boas e más (Coimbra de Matos, 2002h). Devido à grande capacidade da memória, resultante da complexidade arquitetónica da rede neuronal do ser humano, este contacto deixará marcas (ou carências) que dificilmente serão apagadas no desenvolvimento futuro, tendo uma importante repercussão emocional na experiência vivida (Coimbra de Matos, 2002e). Nesta linha, as experiências menos boas resultantes, por exemplo, de um relacionamento difícil e conflitual, irão deixar uma ferida narcísica ou um vazio (Coimbra de Matos, 2002h) que terá a sua influência ao longo do desenvolvimento.

Durante a primeira infância, a criança está, assim, numa dependência absoluta do outro, sendo o seu desenvolvimento influenciado quer pela relação direta com pessoas significativas, quer pelo meio alargado em que está inserida (Coimbra de Matos, 2002e; Mitchell, 1988; Winnicott, 1960). O cuidado materno que a criança recebe (ou de outro cuidador principal) dá suporte ao seu Ego (em formação), já que, na infância, o Ego da criança pode ser perspectivado como *fraco*, tornando-se mais *forte* devido ao apoio do Ego materno. Citando Winnicott (1960), “onde o Ego materno falha, a fraqueza no Ego da criança torna-se evidente” (p. 595), o que deixa clara a ligação direta que existe entre o cuidado recebido e o desenvolvimento.

Numa fase mais precoce a relação na diade irá, assim, facilitar à criança o acesso a informação e a sensações que tanto poderão ser estruturantes como destruturantes para a sua vida mental, gerando-se uma matriz relacional onde se forma o núcleo da identidade (Mitchell, 1988). Esta matriz relacional, que subjaz à mente, congrega dimensões de si próprio, do objeto e do meio, integrando representações que o indivíduo vai construindo ao longo do desenvolvimento (Mitchell, 1988). Desta forma, de acordo com Mitchell (1988) os esquemas repetitivos da experiência humana traduzem uma tendência para se conservar, em continuidade, as ligações e a familiaridade do mundo pessoal.

No âmbito da qualidade das experiências precoces, Winnicott (1960) destaca a importância das experiências de *holding* das quais fazem parte o ser pegado ao colo, o ser segurado (não apenas física, mas também *mentalmente*), e o modo como a mãe agarra e pega no bebé, os gestos de acalmia física e emocional, e ainda a capacidade de regulação das suas necessidades. Através do *holding* a mãe mostra ao bebé o seu amor por ele (Winnicott, 1960), de modo a que este se sinta amado e valorizado. Do *holding* fazem também parte o contato pele a pele, o movimento, o som e o olhar da mãe, que, conforme refere Coimbra de Matos (2002e), são meios de comunicação estruturantes da relação

primária. Uma boa experiência de *holding* permite gerar uma *experiência de existir*, uma continuidade nessa existência e uma coerência no *self* que torna possível o surgimento do *self* genuíno (Winnicott, 1960). Num sentido oposto, uma má experiência de *holding* gera um sentimento de aniquilação, um falso núcleo da personalidade, originando, assim, um falso *self* (Winnicott, 1960).

Contudo, a ligação entre os pais e a criança começa ainda antes do nascimento. Como refere Brazelton (1993), o bebê já existe na fantasia dos pais nessa altura, desenvolvendo-se afetos em relação ao bebê sonhado, que vão ser geridos mais tarde depois do nascimento (bebê sonhado vs. bebê real). A ligação da mãe ao bebê é tão evidente que, como refere Winnicott (1960), há inicialmente uma fusão entre ambos, permitindo à mãe compreender melhor as necessidades do bebê. Para além disto, há também uma identificação da mãe à criança, que lhe possibilita adquirir um sentido mais aprimorado daquilo que a criança precisa (Winnicott, 1960). Pode tratar-se de uma identificação introjetiva, em que a mãe se identifica ao objeto (bebê), introjetando-o (Coimbra de Matos, 2002d; Winnicott, 1960), ou de uma identificação projetiva, em que a mãe se identifica ao objeto (bebê), projetando nele partes de si própria (Coimbra de Matos, 2002d). Para Coimbra de Matos (2002f), as identificações que o bebê também realiza no contacto com os cuidadores constituem “uma espécie de camadas de tinta que se vão incrustando e infiltrando no *self*” (p. 242). Segundo o mesmo autor, são estas identificações primárias que deixam uma maior marca no *self* da criança; as identificações ulteriores - identificações secundárias - irão atuar sobre esta superfície do *self* já formada, constituindo “subcapas de tinta” (p. 242) que apenas terão uma influência na formação do Superego e não no Ego. Serão estas identificações ao modelo, juntamente com os *elementos internos*, constituídos pelos instintos, desejos próprios e realizações individuais, que irão alicerçar a construção da personalidade da criança (Coimbra de Matos, 2002f).

Gradualmente, a criança vai movimentar-se em direção à independência, mas este movimento só é possível porque a criança já é capaz de acumular memórias de cuidado e de introjetar detalhes deste cuidado, que experienciou com os cuidadores, e de projetar necessidades pessoais, sendo importante que haja confiança no meio envolvente (Winnicott, 1960). Se a mãe tiver sido *suficientemente boa* (Winnicott, 1960) e o par mãe-criança tiver funcionado de forma positiva, no momento da separação haverá um funcionamento saudável, em que a mãe percebe que a criança tem novas capacidades e em que a criança apreende que a mãe tem uma nova atitude (Winnicott, 1960), o que

possibilita uma progressiva independência da criança, que, ao se sentir compreendida e amada, aprende também a amar-se e a *considerar-se* a si mesma (Coimbra de Matos, 2002c), tornando-se o movimento de independência facilitado pela valorização de si. Contudo, mesmo quando é oferecido ao bebé um bom cuidado inicial, a mãe poderá falhar neste processo de independência devido à sua incapacidade de se separar da criança (pelo menos ao mesmo ritmo a que ela sente necessidade de se separar da mãe), tendo, assim, tendência para permanecer ligada à criança como no início e atrasar a separação desta (Winnicott, 1960).

A consciência do meio familiar, e das circunstâncias que o envolvem (sejam elas positivas ou negativas), constituem a primeira consciência da criança, e irá acompanhá-la ao longo da vida (Coimbra de Matos, 2002g).

Todo o funcionamento precoce descrito, na primeira infância, e as influências (positivas e negativas) que se verificam neste importante período do desenvolvimento, irão organizar um estilo relacional que, como se referiu, refletir-se-á ao longo da vida do indivíduo, representando um sistema relacional que reproduzirá o passado vivido e todas as influências que nele existiram (Coimbra de Matos, 2002a, 2002c).

No contexto da relação primária começam então a *crescer as asas e o cérebro*, que permitirão a este novo indivíduo, sê-lo efetivamente, ainda que - de forma progressiva, e em graus diferentes - continue a necessitar do apoio de um cuidador, tão determinante na infância.

1.2 Relação Pais-Criança Durante a Idade Escolar

No ponto anterior abordou-se de que forma, nos primeiros anos de vida, o cuidado parental e a relação dos cuidadores com a criança são essenciais para o seu desenvolvimento. Contudo, a relevância do papel parental não termina no final da primeira infância, continuando os pais a desempenhar um importante papel no cuidado e educação dos filhos ao longo do seu desenvolvimento (Maccoby, 1984, citado por Collins et al., 2002), designadamente durante a idade escolar (considerada neste estudo dos 5/6 aos 12 anos – ver Collins, Madsen, & Susman-Stillman, 2002), a qual integra, na perspetiva psicodinâmica, o período de latência (Coimbra de Matos, 2002b), dando-se especial destaque a esta faixa etária por ser a visada neste trabalho.

Esta etapa do desenvolvimento, também conhecida por terceira infância (e.g., Coimbra de Matos, 2002b) é entendida, numa perspetiva psicodinâmica clássica, como uma etapa do ciclo vital em que há uma acalmia dos instintos (ver Coimbra de Matos,

2002b), acompanhada por uma evolução da maturidade física (Collins et al., 2002). Do ponto de vista de Coimbra de Matos (2002b), uma curiosidade sexual infantil mais ou menos satisfeita, e uma identidade sexual estabelecida, permitem à criança iniciar o seu percurso exploratório e organizativo, conquistando novos saberes e atributos da sua personalidade (pp. 395-396).

A entrada da criança neste novo período do desenvolvimento traz, não só para si como para os seus pais, novos desafios que irão exigir de ambas as partes uma reorganização da relação (Collins et al., 2002) que mantinham até então. Segundo Collins et al. (2002), algumas dessas mudanças, incluem (a) um aumento na competência cognitiva e no conhecimento, identificando os pais alterações nos conteúdos das conversas, nas estratégias de controlo que eles próprios usam e na sua capacidade de influenciar o comportamento da criança, a qual apela cada vez mais a explicações e justificações face às indicações dos pais, (b) mudanças no contexto social e relacional, em que aumentam as experiências fora da sua família, o que irá acarretar, para os pais, uma nova preocupação e responsabilidade, exigindo mais monitorização da sua parte, (c) maior vulnerabilidade ao stress, (d) alterações nas funções do *self*, e (5) aumento da autorregulação e da responsabilidade social que, segundo Eccles (1999, citado por Collins et al., 2002) será o resultado do papel ativo dos pais, ou outros cuidadores. Neste período os pais têm, de facto, um papel importante na melhoria das capacidades de autorregulação da criança, através da exposição desta a padrões de conduta e a modelos de comportamento socialmente valorizados, proporcionando recompensas e punições de acordo com esses padrões (ver Collins et al., 2002). Alguns autores referem mesmo que esta etapa corresponde a um período de transição, em que o controlo do comportamento passa gradualmente dos pais para os filhos, os quais, apesar do aumento da sua capacidade de autorregulação (em desenvolvimento), carecem de supervisão próxima por parte dos pais (ver Papalia & Feldman, 2012/2013).

Os pais contam que a criança desenvolva a sua autonomia não só nas tarefas em casa, mas também na escola e nas atividades em que participa com os pares, permitindo-lhe que vá assumindo mais responsabilidades no cuidar de si, e do seu bem-estar, à medida que vai sendo bem-sucedida nesta autonomização (ver Collins et al., 2002).

A literatura mostra que, nesta faixa etária (comparativamente com a idade pré-escolar), as interações entre os pais e a criança são menos frequentes (Papalia & Feldman, 2012/2013), havendo também uma diminuição da expressão de afeto entre pais e filhos (ver Collins et al., 2002). Segundo Collins e Russell (1991, citado por Collins et al., 2002)

alguns aspetos da relação podem variar consoante o sexo dos pais e dos filhos, conforme se abordará noutro lugar (ponto 1.4).

Adicionalmente, pais e mães recorrem frequentemente a privação de privilégios e a lembretes, por forma a desenvolverem nos filhos a noção de que são responsáveis por aquilo que lhes acontece (ver Collins et al., 2002). Isto torna-se possível graças ao aumento das capacidades cognitivas da criança nesta fase do desenvolvimento (Papalia & Feldman, 2012/2013). De igual forma, alguns pais relatam que as interações que estabelecem com os filhos de idade escolar são, em alguns aspetos, mais fáceis do que aquelas que estabeleciam com eles quando tinham idade pré-escolar, na medida em que podem agora usar sobretudo o raciocínio em vez da disciplina (Collins et al., 2002).

Segundo Maccoby (1984, citado por Collins et al., 2002), as respostas das crianças de idade escolar às tentativas de controlo dos pais poderão ser também influenciadas por mudanças na forma como elas percecionam agora a autoridade parental; enquanto as crianças com idade pré-escolar perspetivam a autoridade parental como algo que se restringe ao poder de punir e recompensar, as crianças com idade escolar consideram que esta autoridade é algo para além da punição e da recompensa, resultando de tudo aquilo que os pais fazem por elas. Será importante que os pais, ao mesmo tempo que reconhecem as opiniões e decisões dos filhos, sejam exigentes e restritivos em questões importantes do dia-a-dia, estando as crianças mais disponíveis para seguir as indicações dos pais quando reconhecem que eles são justos e que se preocupam com o seu bem-estar (Papalia & Feldman, 2012/2013).

1.3 Memórias de Infância Relativas a Práticas Parentais

Segundo Bowlby (1969/1982) as pessoas internalizam as experiências que têm com pessoas significativas, passando estas a constituir modelos de relacionamento que, após formados, são resistentes a mudanças e a novas experiências (ver também Weber et al., 2006). De acordo com o mesmo autor, devido a esta resistência à mudança, os indivíduos, quando se tornam eles próprios pais, tendem a estabelecer com os filhos um padrão de relacionamento semelhante ao já conhecido e experimentado (ver Weber et al., 2006).

Vários estudos (e.g., Wang & Peterson, 2014; Wells, Morrison, & Conway, 2013) apontam que a idade estimada para a formação de memórias de infância mais precoces ronda os três anos e meio, sendo que todos os acontecimentos anteriores a esta idade

ficam inacessíveis – amnésia infantil (ver Wang & Peterson, 2014), existindo, segundo Freud (1905/2009), um recalçamento dessas vivências precoces.

Uma das causas desta amnésia infantil poderá ser o facto de a criança muito pequena se encontrar numa fase pré-verbal do desenvolvimento e só após os 2/3 anos de idade surgir (a) um sentido cognitivo (*cognitive sense*) do *self*, (b) um aumento da eficiência na consolidação da memória, (c) uma maior capacidade de linguagem, que possibilita o incremento da interação verbal com os pais e outros adultos, para além de começar a surgir (d) uma maior consciência emocional (ver Wang & Peterson, 2014; Wells et al., 2013), possibilitando estes fatores uma formação mais sólida e duradora da memória. Deverá existir, contudo, algum cuidado quando se considera o relato de memórias de infância, uma vez que, de acordo com Weber et al. (2006), estes relatos podem ser baseados em estados de humor momentâneos, ou em percepções distorcidas, podendo também o relacionamento atual com os pais (ou com outros intervenientes de uma dada memória) influenciar, retrospectivamente, as memórias acerca da infância. Este dado vai ao encontro do conceito de falsas memórias, as quais podem formar-se devido a uma crença distorcida da realidade ou a algum tipo de sugestão (ver Patihis & Loftus, 2016).

O estudo de Wells et al. (2013) mostrou que existe pouca diferença no tipo de memórias (de infância) que são mais facilmente recordadas (positivas ou negativas), e que os aspetos mais frequentemente recordados relacionam-se com a situação que se recorda, o “onde” e o “quem” faz parte dessa memória, havendo, no entanto, uma limitação dos detalhes recordados na descrição da memória.

Alguns estudos abordam o conceito da intergeracionalidade dos estilos parentais (e.g., Boing, 2014; Lopes, 2012; Weber et al., 2006), que poderá estar, de certa forma, relacionado com a influência das memórias das experiências vividas na infância. Lopes (2012), com base na conceção de alguns autores relativamente aos estilos educativos parentais passarem de uma geração para a outra, e utilizando o EMBU - Memórias de Infância (instrumento também usado no presente estudo), concluiu que havia uma continuidade, de geração em geração, nas dimensões sobreproteção da mãe e do pai, bem como na rejeição por parte da mãe, e que ocorria uma descontinuidade ao longo das gerações nas dimensões suporte emocional da mãe e do pai, assim como na rejeição por parte do pai. Esta descontinuidade no suporte emocional poderá ser explicada através de variáveis sociais que modelam os estilos educativos parentais (ver Lopes, 2012). Contudo, segundo Mead (1970, citado por Lopes, 2012), a referida descontinuidade

poderá ser adaptativa uma vez que as diferenças que se verificam dever-se-ão a mudanças nas exigências atuais e do passado.

Um outro estudo (Zimmermann et al., 2008), que recorre ao mesmo instrumento, reforça a ideia, já aqui abordada, de que o cuidado parental favorável poderá estar associado a uma melhor qualidade de vida mais tarde, em adulto. Neste estudo verificou-se que a associação entre memórias de cuidado materno e psicopatologia era mais forte do que a associação entre as experiências de cuidado paterno e psicopatologia (Zimmermann et al., 2008). Por sua vez, num estudo de Boing (2014) sobressai que os pais e as mães obtiveram resultados muito semelhantes para as dimensões de cuidado recebido por parte do pai e da mãe na infância, e que, grande parte das vezes, sentiram suporte emocional nos cuidados maternos e quase nunca rejeição. Acresce que os pais, ao contrário das mães, referiram que quase nunca sentiram sobreproteção parental, o que também se verificou no estudo de Canavarro (1996).

Os cuidados e práticas educativas parentais que os adultos receberam na infância poderão ter um importante papel na presença de traços psicopáticos na vida adulta (Durand & Bali, 2017) ou de outros problemas psiquiátricos (Akun, 2017). O estudo de Durand e Bali (2017) mostrou que a sobreproteção e a rejeição, tanto materna como paterna, estão positivamente associadas com traços psicopáticos mal adaptativos (a maldade – falta de empatia e de capacidade de socializar – e desinibição – incapacidade de controlar os seus próprios impulsos). Para além disso, os mesmos autores mostraram que o suporte emocional paterno se associa negativamente com a maldade e a desinibição, e que o suporte emocional por parte da mãe se associa positivamente com a ousadia (considerado o componente adaptativo da psicopatia). Durand e Bali (2017) destacam também a possibilidade de que uma sobreproteção parental extremamente alta ou baixa aumente a probabilidade de que, no futuro, um indivíduo desenvolva traços psicopáticos (Durand & Bali, 2017). Na mesma linha, o estudo de Akun (2017) conclui que, num grupo de participantes com esquizofrenia e num grupo de participantes com ansiedade social, as experiências de rejeição materna eram recordadas com maior frequência, comparativamente com um grupo de controlo (não-clínico), sugerindo a influência dos cuidados na infância no desenvolvimento psicológico dos indivíduos.

Corroborando os estudos que apontam para a influência das relações vividas na infância nas relações atuais, um estudo de Rodrigues et al. (2004) mostra que os indivíduos que recordam uma melhor relação com os pais durante a infância, particularmente com a figura materna, tendem a estabelecer relações mais positivas com

a sua rede interpessoal mais próxima. Neste estudo, os autores verificaram que as grávidas (adolescentes) que recordam terem sentido suporte emocional materno, interagem de forma mais positiva com o seu companheiro do que aquelas que relatam menos experiências de suporte materno. Para além disso, as grávidas que têm pior relação com o companheiro relatam menos suporte emocional materno, mais sobreproteção por parte da mãe e mais rejeição por parte do pai (Rodrigues et al., 2004)

Por fim, refira-se que é também pertinente analisar potenciais diferenças nas memórias de infância recordadas pelos pais, relativas aos cuidados parentais na sua infância, em função do sexo dos próprios filhos. Num estudo de Almeida (2013) observou-se que os pais (mãe e pai) de raparigas tendem a percecionar mais práticas de suporte emocional por parte dos seus próprios pais (mãe e pai) durante a sua infância. Segundo Almeida (2013), este efeito poderá ser motivado pelo facto de algumas características, que habitualmente se associam ao feminino, suscitarem, em alguns pais, recordações de práticas parentais relacionadas com o apoio, cuidado e afeto, sendo até provável que estas sejam práticas preferenciais na relação atual com as filhas.

Como se pode observar, a literatura existente, dirigida à avaliação das memórias de infância de adultos relativamente à educação e cuidados parentais recebidos, continua a ser restrita, principalmente no que diz respeito a estudos portugueses nesta área. Num sentido contrário, face aos estilos parentais, abordados no ponto seguinte, sobressai a extensão e diversidade da literatura.

1.4 Estilos Educativos Parentais

Os estilos educativos parentais constituem uma dimensão importante no estudo da parentalidade e do desenvolvimento infantil, tendo impacto no ajustamento e desenvolvimento da criança (e.g., Cardoso & Veríssimo, 2013; Darling & Steinberg, 1993; Pinquart, 2017; Smetana, 2017; Weber et al., 2006). Darling e Steinberg (1993) definem os estilos parentais como um “conjunto de atitudes direcionadas e comunicadas à criança que, no seu conjunto, estabelecem o clima emocional em que os comportamentos parentais são expressos” (p. 488).

Diana Baumrind (1966, 1967, 1971) apresenta uma abordagem tipológica, identificando três tipos de estilos parentais - permissivo, autoritário e autoritativo -, que ainda hoje são considerados pela literatura mais atual (e.g., Albuquerque, 2016; Azkeskin, et al., 2013; Boing, 2014; Cardoso & Veríssimo, 2013; Conrade & Ho, 2001;

Correia & Ribeiro, 2012; Esteves, 2010; Pedro et al., 2015; Roskam & Meunier, 2009; Rothrauff, et al., 2009; Weber et al., 2016). Apresenta-se em seguida uma caracterização breve de cada um destes estilos.

Os pais com um estilo permissivo adotam uma atitude não punitiva e de aceitação face ao comportamento dos filhos, reagem de forma positiva perante os impulsos, desejos e ações da criança, e fazem poucas exigências relativamente ao comportamento ou às tarefas que a criança deve desempenhar, impondo também poucos limites (Baumrind, 1966). Ao não se exercer controlo sobre a criança, nem encorajar a obediência a padrões externos, caberá à criança regular o mais possível as suas atividades (Baumrind, 1966). As crianças expostas a um estilo parental permissivo são autorreguladas, sem restrições ou limites, e despreocupadas com a forma como expressam os seus impulsos (ver Baumrind, 1966). A literatura mostra que uma configuração permissiva poderá comprometer o desenvolvimento académico e social da criança, designadamente, neste último caso, em relação à sua capacidade de ser assertiva e socialmente responsável, havendo ainda dificuldades na autonomia e na regulação das emoções, e baixos níveis de autocontrolo, autoconfiança, autoestima e mesmo alguma imaturidade, podendo verificar-se também episódios de agressividade e impulsividade que resultam em comportamentos disruptivos (Baumrind, 1967; Baumrind, 1971; ver também Cardoso & Veríssimo, 2013).

Por sua vez, os pais com um estilo autoritário tendem a moldar, controlar e avaliar o comportamento da criança segundo um padrão de conduta que é muitas vezes tido como absoluto (Baumrind, 1966). Estes pais apresentam comportamentos punitivos, restritivos e de controlo, acreditam que a obediência é uma virtude, exigem, acima de tudo, ordem, e consideram que as crianças devem ser *colocadas no seu lugar*, restringindo a sua autonomia, e não encorajando o diálogo por entenderem que a criança deve aceitar a palavra dos pais como certa (Baumrind, 1966). As crianças que se desenvolvem segundo este estilo tendem a apresentar um baixo autoconceito, são receosas, inseguras, agressivas, dependentes e socialmente inibidas, têm dificuldade na regulação das suas emoções e apresentam comportamentos de externalização e delinquência, assim como níveis reduzidos de responsabilidade social (Baumrind, 1967; ver também Cardoso & Veríssimo, 2013).

Por último, os pais que se enquadram num estilo autoritativo, apesar de exercerem um controlo firme, não colocam só restrições, encorajando o diálogo e partilhando com a criança as razões subjacentes às suas decisões, bem como questionando-a acerca das suas

objeções, pelo que existe um equilíbrio entre a vontade e autonomia da criança, e a disciplina que os pais consideram importante exercer (Baumrind, 1966). São pais altamente comprometidos e que investem na educação dos filhos, facilitando o desenvolvimento de competências através da promoção de um comportamento responsável (Baumrind, 1971; ver também Cardoso & Veríssimo, 2013). Eles usam a razão, poder, modelagem e reforço para alcançar os seus objetivos e não restringem as suas decisões aos desejos da criança (Baumrind, 1966). Face aos outros dois estilos, o estilo parental autoritativo promove resultados mais favoráveis em termos do desenvolvimento da criança, designadamente um melhor desempenho académico, uma maior competência pró-social e menos problemas de comportamento internalizantes e externalizantes (Baumrind, 1967; Baumrind, 1971; ver Cardoso & Veríssimo, 2013; Smetana, 2017). Com efeito, estas crianças apresentam níveis mais baixos de problemas de comportamento e de ansiedade e depressão, bem como maior tendência para a exploração, maior assertividade, autoconfiança, autoestima, autorregulação, criatividade, persistência e autocontrolo (Baumrind, 1966; Baumrind, 1967; Baumrind, 1971; ver Cardoso e Veríssimo, 2013).

Comparando os três estilos parentais, sobressai que, enquanto os pais com um estilo permissivo evitam exercer o controlo, os pais autoritários e autoritativos exercem o controlo com mais facilidade (Baumrind, 1971), ainda que de formas diferentes. Ao contrário dos pais com um estilo autoritativo, os pais autoritários e permissivos fazem poucas exigências de maturidade, e comunicam de modo ineficaz com os seus filhos (Baumrind, 1967; ver Cardoso e Veríssimo, 2013).

Em diferentes estudos, o estilo autoritativo parece ser, de facto, aquele que prediz resultados mais positivos em termos do desenvolvimento da criança em vários domínios (e.g., Baumrind, 1966; Baumrind, 1967; Baumrind, 1971; Cardoso & Veríssimo, 2013; Darling & Steinberg, 1993; Rothrauff et al., 2009). Para além disso, adultos que recordam comportamentos parentais autoritativos reportam um maior bem-estar psicológico, menos sintomas depressivos e menor abuso de substâncias (Rothrauff et al., 2009).

Na linha do que se referiu antes, num trabalho recente de Pinquart (2017) realça-se que, enquanto um estilo parental autoritativo se associa negativamente com problemas de comportamento externalizantes, um estilo parental autoritário ou permissivo associa-se positivamente com esses mesmos problemas. Também o estudo de Ruiz-Ortiz, Braza, Carreras, e Muñoz (2017) revelou que tanto a inconsistência na disciplina como a permissividade materna conduzem a um aumento de problemas de comportamento

externalizantes e a uma diminuição das capacidades de adaptação, em rapazes e raparigas, ainda que no caso destas não seja significativa a associação da atitude permissiva da mãe com os problemas de comportamento externalizantes. Tem-se verificado que a inconsistência na disciplina por parte da mãe (mas não do pai) provoca na criança uma sensação de insegurança e medo, levando-a a desenvolver comportamento agressivo (Patterson 1982; Sierra, Belmont, Pérez, & García, 2015, citados por Ruiz-Ortiz et al., 2017). De facto, uma parentalidade caracterizada pelo envolvimento e cuidado é favorável ao ajustamento social da criança, à sua autoestima (Ruiz-Ortiz et al., 2017), e ao seu bem-estar psicológico (Rothrauff et al., 2009).

Maccoby e Martin (1983) reorganizaram a classificação de Baumrind considerando duas dimensões, a exigência e a responsividade, dividindo ainda o estilo permissivo em dois: indulgente (equivalente ao permissivo de Baumrind) e negligente. Desta forma, segundo Maccoby e Martin (1983), os pais com um estilo autoritário possuem elevada exigência e baixa responsividade, os indulgentes apresentam baixa exigência e alta responsividade, os autoritativos revelam exigência e responsividade elevadas, e os pais com um estilo negligente apresentam níveis reduzidos nas duas dimensões. Este último estilo é um dos mais perniciosos para o desenvolvimento e ajustamento da criança (e.g., Pinquart, 2017; Weber et al., 2016).

Alguns estudos mostraram que a adoção de um estilo parental específico pode variar consoante se é pai ou mãe (e.g., Correia & Ribeiro, 2012; Esteves, 2010; Pedro et al., 2015; Russell, et al., 1998). Nesta linha, existe na literatura alguma consonância de resultados a indicar que as mães, comparativamente com os pais, adotam mais um estilo autoritativo (e.g., Agostinho, 2009; Boing, 2014; Correia & Ribeiro, 2012; Pedro et al., 2015; Russell et al., 1998), sugerindo mesmo Agostinho (2009) que ele pode ser visto como um estilo tendencialmente feminino. No estudo de Correia e Ribeiro (2012) salientou-se ainda que os pais se avaliam como mais autoritários e as mães como mais permissivas, contudo, as diferenças não chegam a atingir significância estatística. Na mesma linha, Russell et al. (1998) verificaram que os pais recorrem mais a um estilo autoritário do que as mães, o que, segundo Feldman (1990, citado por Russell et al., 1998) poderá ser explicado pelo tradicional papel disciplinador que ainda é muitas vezes atribuído ao pai.

Para além do sexo parental, também o sexo da criança tem sido analisado na literatura dirigida para os estilos educativos parentais, em particular a sua influência no estilo parental adotado pelos pais, havendo, no entanto, alguma inconsistência de

resultados neste domínio. Por exemplo, Correia e Ribeiro (2012) verificaram que os pais e as mães consideram adotar um estilo mais autoritário com os rapazes do que com as raparigas. Também outros autores concluíam que os pais (homens) adotam um estilo mais autoritário com os rapazes (Azkeskin et al., 2013; Conrade & Ho, 2001; Russel et al., 1998). Uma explicação para esta tendência poderá ser a dada por William, Radin, e Allegro (1992, citado por Russel et al. 1998) que acentuam o facto de, tradicionalmente, os rapazes serem educados para terem uma maior competência instrumental, e as raparigas para se tornarem mais expressivas, afetivas, sensíveis e apoiantes, o que poderá explicar a tendência para a utilização de um estilo parental mais autoritário com os filhos rapazes. Por sua vez, Conrade e Ho (2001), num estudo apenas com mães, verificaram que elas utilizam um estilo mais autoritativo com as raparigas do que com os rapazes, adotando com estes um estilo mais permissivo. Contudo, alguns autores obtêm resultados distintos dos apresentados, indicando que não existem diferenças nos estilos parentais com base no sexo da criança (e.g., Albuquerque, 2016; Roskam & Meunier, 2009). No trabalho de Albuquerque (2016), para além desta ausência de diferenças, também não se obtiveram diferenças nos estilos parentais em função do sexo dos pais.

1.5 Memórias de Infância Relativas a Práticas Parentais e Estilos Educativos Parentais

Os pais transportam para o seu modo de cuidar os filhos as estratégias aplicadas a eles próprios enquanto filhos, repetindo, assim, um modelo parental aprendido e familiar (Weber et al., 2006). Deste modo, um dos preditores mais fortes do comportamento parental remete para a forma como os pais, especialmente as mães (mais estudadas), experienciaram a parentalidade enquanto crianças (Lomanowska, Boivin, Hertzman, & Fleming, 2015; Weber et al., 2006). Contudo, esta transmissão poderá não ser tão linear uma vez que, por exemplo, mães que se recordam de terem sido alvo de rejeição na infância são mais tarde adequadamente responsivas com os seus filhos (Weber et al., 2006), o que pode estar associado a um fenómeno de compensação face às vivências da infância (ver Beaton & Doherty, 2007).

Uma vez que as pessoas tendem a repetir o modelo aprendido na sua própria família (Weber et al., 2006), evidenciando uma continuidade intergeracional dos estilos parentais (Lomanowska et al., 2015), é possível haver alguma previsão sobre como uma mãe (ou pai) se irá comportar com os/as seus/suas filhos/as. Um estudo de Weber et al. (2006) mostrou que em 91.7% das participantes da amostra estudada se capta uma

transmissão intergeracional dos estilos parentais adotados numa dada família. Este conhecimento é útil em termos de prevenção, designadamente pela possibilidade de se promover o recurso a práticas parentais mais adequadas. De acordo com Weber et al. (2006), na associação que se tenta estabelecer entre memórias de infância e estilos parentais atuais é importante não só ter em conta as experiências vividas pelo indivíduo enquanto filho, mas também a própria realidade cultural em que o mesmo se desenvolve.

Segundo a perspetiva do curso de vida, as experiências posteriores podem, no entanto, facultar oportunidades de mudança e redirecionar trajetórias de desenvolvimento. Assim, mesmo quando as experiências precoces foram negativas, poderá ser alcançado um funcionamento positivo na idade adulta (ver Rothrauff et al., 2009), uma vez que, à medida que a pessoa evolui para a fase adulta, vai enriquecendo a sua experiência e aumentando a possibilidade de construir novas relações, que podem constituir uma influência alternativa (positiva) no desenvolvimento (Rothrauff et al., 2009).

Do ponto de vista empírico, apesar de existirem estudos que analisam o fenómeno da intergeracionalidade de padrões comportamentais, apenas se acedeu a um (Boing, 2014) que relaciona as memórias de infância relativas às práticas educativas parentais com os estilos parentais atuais. Especificamente, o estudo de Boing (2014), que recorre ao EMBU–Memórias de Infância e ao QDEP (Questionário de Estilos e Dimensões Parentais), ambos usados no presente estudo, mostrou que as vivências na família de origem, em relação aos cuidados parentais recebidos, se associaram com aspetos do funcionamento familiar atual. Em particular, o suporte emocional recebido na infância, por parte de ambos os pais, relacionou-se com a adoção de estilos parentais mais positivos na interação com os filhos, maior envolvimento e paciência/respeito, menor recurso a hostilidade verbal e a estratégias punitivas, e ainda mais autoconfiança parental e menor falta de firmeza (Boing, 2014). Salientou-se igualmente que a rejeição (materna e paterna), referida pelas mães, não se associou com os estilos parentais atuais, mas tal resultado poderá dever-se à dimensão reduzida da amostra do estudo e à pouca referência a rejeição na infância (Boing, 2014).

Ainda no estudo de Boing (2014), as vivências de sobreproteção materna na família de origem relacionaram-se negativamente com características do estilo autoritativo e positivamente com características do estilo autoritário. Contudo, as vivências de sobreproteção paterna na família de origem (para pais e mães) associaram-se positivamente com características do estilo autoritativo, e negativamente com

caraterísticas do estilo permissivo e autoritário (Boing, 2014), denotando, assim, associações com os estilos de sentido diferente consoante a sobreproteção tem origem na mãe ou no pai. Verificou-se também que, em relação ao pai, quanto mais este foi alvo de sobreproteção por parte do seu próprio pai na infância, maior a utilização de estimulação do raciocínio no seu estilo parental atual.

No âmbito mais alargado dos estudos que se debruçam sobre a intergeracionalidade das práticas parentais, para além do trabalho de Lopes (2012), que foca a sua continuidade/descontinuidade entre gerações, já referido aquando da abordagem das memórias de infância, é de mencionar o estudo de Stover e Kahn (2013), cuja amostra é constituída apenas por pais (homens), e que, no seu delineamento, se apoia também na ideia de que as atitudes educacionais que os pais têm com os seus próprios filhos são o resultado (ainda que por vezes apenas parcial) das atitudes a que os pais foram submetidos na infância, na sua família de origem. Neste estudo muitos dos participantes reportaram que, apesar de terem sido expostos na sua infância a ambientes familiares de violência e de haver consumo de substâncias por parte dos seus pais, os quais foram eles próprios expostos a ambientes semelhantes, tinham agora, no presente, um grande desejo de serem pais diferentes para os seus filhos. Este resultado parece apontar para a não linearidade da influência das práticas educativas entre pais e filhos. Ele poderá indiciar que as características individuais se sobrepõem às coletivas, transmitidas pelo pais, na linha dos dados do estudo de Prioste, Narciso, Gonçalves, e Pereira (2016), os quais são indicativos de que as perceções positivas da qualidade parental e relacional na família de origem conseguem prever valores coletivos nas práticas parentais atuais, mas não valores individuais, mostrando que a individualidade de cada sujeito pode condicionar as suas atitudes e práticas enquanto pai. De referir ainda que Kerr e colaboradores (Kerr, Capaldi, Pears, & Owen, 2009, citado por Stover & Kahn, 2013) alcançaram resultados num sentido diverso dos do estudo de Stover e Kahn (2013), identificando uma consistência intergeracional, entre a família de origem e a família atual, relativamente a padrões de experiências de socialização e de caraterísticas individuais como o comportamento antissocial. Neste estudo verificou-se existir igualmente uma relação entre uma parentalidade *construtiva* na família de origem e a utilização deste mesmo padrão na família atual.

Em forma de conclusão desta secção, salienta-se que a literatura direcionada para as memórias de infância de adultos relativas à educação e cuidados parentais recebidos é

ainda restrita, realçando-se não só a influência que as práticas educativas parentais têm no desenvolvimento e bem-estar do indivíduo, como a possibilidade de haver variação nas práticas educativas mais recordadas pelos pais em função do seu próprio sexo. Por sua vez, a literatura face aos estilos parentais adotados por mães e pais é extensa, sobressaindo diferenças com base no sexo parental, e variações em função do sexo dos filhos (ainda que neste caso os resultados sejam inconsistentes e a informação disponível escassa, incluindo na literatura científica nacional). No que diz respeito à relação entre os estilos parentais e as memórias de infância relativas a práticas educativas parentais, destaca-se a insuficiência de estudos que relacionem estas duas variáveis, já que aqueles que existem analisam, de forma geral, a intergeracionalidade de atitudes e vivências entre diferentes gerações. Com o presente estudo espera-se poder contribuir para acrescentar conhecimento útil que ajude a colmatar as lacunas constatadas.

2. Objetivos e Hipóteses do Estudo

A seguir apresentam-se os objetivos do presente estudo e as hipóteses formuladas.

Objetivo 1:

Determinar se um grupo de pais e um grupo de mães de crianças em idade escolar se diferenciam (a) nas memórias de infância relativas a práticas parentais e (b) nos estilos educativos parentais.

Hipóteses:

- 1a) Prevê-se que os pais e as mães se distingam na percepção relativa às práticas educativas parentais dos seus próprios progenitores, pelo menos no que diz respeito à sobreproteção, referindo as mães níveis mais elevados.
- 1b) Estima-se que os pais e as mães se diferenciem nos estilos educativos parentais, pelo menos no autoritativo, referindo as mães um recurso mais frequente a este estilo.

Objetivo 2:

Averiguar, em cada um dos grupos, se há variação nas memórias de infância relativas a práticas parentais e nos estilos educativos parentais em função do sexo da criança.

Hipóteses:

- 2a) Espera-se encontrar diferenças nas memórias de infância relativas a práticas parentais do/da pai/mãe em função do sexo da criança (coloca-se apenas uma hipótese geral, dada a insuficiência de estudos neste domínio).
- 2b) Espera-se que os pais e as mães refiram um recurso mais frequente ao estilo autoritário com os rapazes e ao estilo autoritativo com as raparigas.

Objetivo 3:

Analisar a relação das memórias de infância relativas a práticas parentais com os estilos educativos parentais, no grupo de pais e no grupo de mães.

Hipótese:

3. Espera-se encontrar uma associação entre as memórias de infância relativas a práticas educativas parentais e os estilos educativos na atualidade; mais uma vez, coloca-se apenas uma hipótese geral, sem se indicar uma maior especificação, dada a insuficiência de estudos que analisem esta relação, impossibilitando, assim, a fundamentação apropriada de uma hipótese específica.

3. Método

3.1 Participantes

Nos subpontos que se seguem é apresentada a caracterização sociodemográfica e familiar dos participantes do estudo, mães e pais de crianças em idade escolar (grupos independentes). Os dados apresentados foram recolhidos através do Questionário Sociodemográfico e de Desenvolvimento (Santos & Narciso, 2014).

3.1.1 Caracterização dos Participantes

Os participantes ($N = 143$), distribuem-se por dois grupos: Mães ($n = 80$) e Pais ($n = 63$). No que diz respeito à idade, as Mães tinham idades compreendidas entre os 29 e os 53 anos ($M = 43.51$; $DP = 4.47$) e os pais entre os 32 e 56 anos ($M = 45.39$; $DP = 5.60$). No Quadro 1 figura a caracterização sociodemográfica dos grupos em termos de escolaridade, situação laboral e estado civil.

Quadro 1. Características Sociodemográficas dos Participantes

	Mães	Pais
Escolaridade		
7-9 Anos	6 (7.6%)	6 (9.7%)
10-12 Anos	20 (25%)	19 (30.7%)
Ensino Superior	54 (67.5%)	37 (59.7%)
Situação Laboral		
Trabalho a Tempo Inteiro	76 (95%)	60 (95.2%)
Trabalho a Tempo Parcial	3 (3.8%)	2 (3.2%)
Desemprego	1 (1.3%)	-
Reforma	-	1 (1.6%)
Estado Civil		
Casada(o)/União de Facto	71 (88.8%)	58 (92.1%)
Divorciada(o)/Separada(o)	7 (8.8%)	4 (6.3%)
Viúva(o)	2 (2.5%)	-
Solteira(o)	-	1 (1.6%)

$n_{\text{Mães}} = 80$, $n_{\text{Pais}} = 63$

Relativamente às Mães, a maioria frequentou o ensino superior (67.5%), trabalhava a tempo inteiro (95%) e era casada ou vivia em união de facto (88.8%). No caso dos Pais, a tendência é idêntica, salientando-se que a maior parte também frequentou o ensino superior (59.7%; um pai omitiu a informação respetiva) e que a grande maioria trabalhava a tempo inteiro (95.2%) e encontrava-se casada ou em situação de união de facto (92.1%) (ver Quadro 1). Os grupos são homogêneos nestas variáveis, i.e., na escolaridade (Teste Exato de Fisher – 4.56, $p = .463$), na situação laboral (Teste Exato de Fisher – 6.02, $p = .073$), e no estado civil (Teste Exato de Fisher – 2.70, $p = .493$)

No Quadro 2 é apresentada informação referente a características do contexto familiar dos participantes (tipo de família, número de filhos e cuidador principal da criança).

Quadro 2. Caraterísticas do Contexto Familiar dos Participantes

	Mães	Pais
Tipo de Família		
Nuclear	67 (88.2%)	54 (88.5%)
Monoparental feminina/masculina	6 (7.9%)	3 (4.9%)
Monoparental feminina/masculina alargada	1 (1.3%)	-
Reconstruída	2 (2.6%)	4 (6.6%)
Número de Filhos		
1	17 (21.8%)	10 (15.9%)
2	48 (61.5%)	41 (65.1%)
3	11 (14.1%)	9 (14.3%)
4	2 (2.6%)	3 (4.8%)
Cuidador Principal		
Ambos os Pais	36 (48%)	40 (66.7%)
Mãe	39 (52%)	19 (31.7%)
Pai	-	1 (1.7%)

$n_{\text{Mães}} = 80$, $n_{\text{Pais}} = 63$

A maioria das Mães e dos Pais tinha dois filhos (respetivamente 61.5% e 65.1%; no caso das Mães, duas participantes não indicaram a informação correspondente). A este propósito, refira-se que o número médio de filhos em cada grupo também se aproxima de 2 (Mães – $M = 1.97$, $DP = .68$; Pais – $M = 2.08$, $DP = .70$). Em ambos os grupos as

famílias eram maioritariamente nucleares (88.2% no caso das Mães e 88.5% no caso dos Pais), havendo quatro participantes no grupo de Mães e dois no grupo de Pais que não reportaram informação no âmbito desta variável. Relativamente ao cuidador principal da criança, enquanto cerca de metade das Mães atribuiu a si próprias este papel (52%), os Pais indicaram maioritariamente que os cuidadores principais da criança eram ambas as figuras parentais (66.7%) (ver Quadro 2). Os grupos são homogéneos no número de filhos (Teste Exato de Fisher – 1.26, $p = .778$) e no tipo de família (Teste Exato de Fisher – 6.44, $p = .107$), não sendo homogéneos no que se refere ao cuidador principal (Teste Exato de Fisher – 6.44, $p = .023$).

3.1.2 Caraterização das Crianças-Alvo

Em relação às crianças-alvo (filhos e filhas dos participantes deste estudo), em ambos os grupos elas tinham idades compreendidas entre os 5 e os 12 anos (Mães – $M = 10.01$; $DP = 1.85$; Pais – $M = 10.21$; $DP = 1.67$). No Quadro 3 apresenta-se a caracterização das crianças-alvo no que diz respeito ao sexo e ao ano de escolaridade.

Quadro 3. Caraterísticas Sociodemográficas das Crianças-Alvo

	Mães	Pais
Sexo		
Feminino	40 (50%)	30 (47.6%)
Masculino	40 (50%)	33 (52.4%)
Escolaridade		
1º Ciclo	21 (26.3%)	14 (22.2%)
2º Ciclo	55 (68.8%)	46 (73.1%)
3º Ciclo	4 (5%)	3 (4.8%)

$n_{\text{Mães}} = 80$, $n_{\text{Pais}} = 63$

No grupo de Mães a percentagem de rapazes e de raparigas é igual (50%), sendo o número de rapazes um pouco superior no grupo de Pais (52.4%). Relativamente à escolaridade das crianças, a maioria frequentava o 2º Ciclo (68.8% no caso das Mães e 73.1% no caso dos Pais). Os grupos são homogéneos em termos do sexo das crianças-alvo ($\chi^2(1) = .080$, $p = .866$) e da escolaridade (Teste Exato de Fisher – 1.58, $p = .971$), e também não se diferenciam na idade destas [$t(141) = -.65$, $p = .517$].

3.2 Instrumentos

Foram utilizados dois instrumentos para avaliar as dimensões em estudo, as memórias de infância relativas às práticas educativas parentais e os estilos educativos parentais atuais, bem como um questionário para recolha de informação sociodemográfica, todos eles apresentados em seguida de forma breve.

3.2.1 EMBU – Memórias de Infância

Para avaliar as memórias de infância relativas a práticas educativas do pai e da mãe foi utilizado o EMBU (Perris, Jacobson, Lindstrom, van Knorring, & Perris, 1980), validado para a população portuguesa por Canavarro (1996), com a designação EMBU – Memórias de Infância (MI).

Este instrumento avalia as memórias que os adultos possuem das práticas educativas ocorridas durante a sua infância e adolescência, medindo a frequência de ocorrência de determinadas práticas educativas em relação ao pai e à mãe.

A versão portuguesa do EMBU-MI é composta por 23 itens no caso da perceção relativa à mãe, e 22 itens no caso da perceção referente ao pai (um dos itens foi retirado por não contribuir para nenhum fator com um peso significativo). Cada item é apresentado sob a forma de uma afirmação, e deverá ser respondido com base numa escala de tipo *Likert* de 4 pontos, desde “Não, nunca” até “Sim, a maior parte do tempo”.

O instrumento permite obter resultados em três dimensões: rejeição (comportamentos dos pais de modificação da vontade do/da filho/a, que é sentida por este/a como desvalorização e pressão), suporte emocional (sentimento de conforto dos filhos na presença dos pais) e sobreproteção (controlo, proteção e intrusão excessivos dos pais nas atividades do/da filho/a). Para cada dimensão, resultados mais altos correspondem à perceção de níveis mais elevados das práticas educativas correspondentes, vividas durante a infância e adolescência.

O EMBU-MI apresenta propriedades psicométricas consideradas aceitáveis (Canavarro, 1996).

3.2.2 QDEP – Questionário de Dimensões e Estilos Parentais (Versão Reduzida)

De modo a avaliar os estilos educativos parentais, foi utilizado o *Parenting Styles and Dimensions Questionnaire – Short Form* (Robinson, Mandleco, Olsen & Hart, 2001), versão portuguesa de Pedro, Carapito, e Ribeiro (2015), sendo esta versão denominada Questionário de Dimensões e Estilos Parentais (versão reduzida).

Este questionário é composto por 32 itens, devendo o participante indicar, para cada item, a frequência do comportamento respetivo identificado, fazendo-o com base numa escala de tipo *Likert* de cinco pontos (de 1 – “Nunca” a 5 – “Sempre”).

O instrumento permite obter resultados associados aos três estilos parentais introduzidos por Baumrind (1966, 1967, 1971): autoritário - subescala de coerção física (4 itens), de hostilidade verbal (4 itens) e punição (4 itens); autoritativo - subescala de apoio e afeto (5 itens), de regulação (5 itens) e de cedência de autonomia/participação democrática (5 itens); permissivo - subescala de indulgência (5 itens). Neste estudo só irão ser analisados os resultados relativos aos três estilos parentais, não se incluindo uma análise dos resultados individualizados para as subescalas. Para cada dimensão, resultados mais altos indicam um recurso mais frequente ao estilo parental respetivo.

A versão portuguesa do QDEP apresenta propriedades psicométricas adequadas, designadamente em termos de consistência interna (Pedro, Carapito, & Ribeiro, 2015).

3.2.3 Questionário Sociodemográfico e de Desenvolvimento

Neste estudo foi ainda utilizado o Questionários Sociodemográfico e de Desenvolvimento de Santos e Narciso (2014), que permite recolher dados pessoais do participante (e.g., idade, sexo, escolaridade, profissão), do contexto familiar (e.g., tipo de família, número de filhos), e dados relativos à criança-alvo, pessoais (e.g., idade, sexo, escolaridade) e de desenvolvimento (e.g., apoios, problemas físicos e psicológicos), não tendo sido estes últimos incluídos no estudo.

3.3 Procedimento

O presente estudo integra-se numa investigação mais alargada da responsabilidade de duas docentes da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, Salomé Vieira Santos e Isabel Narciso, dirigida para a parentalidade e família de origem.

A idade das crianças-alvo constituiu um critério de inclusão dos participantes no estudo, devendo esta situar-se entre os 6 e os 12 anos, contemplando-se ainda os 5 anos desde que a criança já frequentasse o 1º ano de escolaridade.

Os participantes foram recrutados maioritariamente através do método bola de neve, sendo menos de metade (45.5%) recrutados numa instituição de ensino privado em Lisboa.

Depois de cedida a autorização por parte da Direção da instituição contactada, iniciou-se o trabalho de campo correspondente. Os protocolos de investigação foram entregues pelos professores aos alunos (em envelope fechado), que depois os entregavam aos pais, seguindo-se o percurso inverso após o seu preenchimento. Numa data previamente combinada com a instituição, procedeu-se à recolha de todo o material.

Os envelopes que foram entregues aos pais continham um documento de apresentação do estudo que pretendia informar os participantes de aspetos como o seu objetivo, a confidencialidade das respostas e o carácter anónimo da participação. Deste documento constava ainda um endereço para onde poderiam ser remetidas dúvidas relativas ao preenchimento dos instrumentos ou outras. O envelope continha também o consentimento informado, as instruções para a participação e os instrumentos que faziam parte do protocolo de investigação.

Para os participantes que responderam aos instrumentos através do método bola de neve, após a sua aceitação em participar no estudo, o procedimento adotado foi idêntico ao descrito antes, recebendo um envelope fechado com o conteúdo supramencionado, o qual foi devolvido ao investigador depois do preenchimento dos instrumentos.

A recolha dos dados decorreu entre fevereiro e abril de 2018.

3.4 Procedimentos Estatísticos

Para o tratamento estatístico dos dados foi utilizada estatística descritiva e inferencial. Procedeu-se ao cálculo das médias, desvios-padrão, frequências e percentagens de acordo com o tipo de dados (variáveis contínuas ou categoriais/dicotómicas). Para averiguar eventuais diferenças entre grupos quando estão em causa variáveis categoriais (sociodemográficas) utilizou-se o teste Qui-quadrado (χ^2) ou o Teste Exato de Fisher. Para a comparação dos dois grupos (mães e pais) no âmbito das duas dimensões em estudo (Memórias de Infância e Estilos Parentais), bem como para as análises em função do sexo dos filhos, recorreu-se ao teste t de Student para

amostras independentes, estando cumpridos os pressupostos da homogeneidade da variância e da normalidade das distribuições.

No que diz respeito à relação entre as duas dimensões em estudo, foi realizada uma análise correlacional com recurso ao coeficiente de correlação de Pearson.

Os dados foram tratados no programa estatístico SPSS, versão 24 (*Statistical Package for the Social Sciences*).

4. Resultados

Nos pontos seguintes é feita uma descrição dos resultados obtidos neste estudo, sendo os mesmos apresentados de acordo com a ordem dos objetivos previamente definidos.

4.1 Análise Comparativa dos Grupos (Mães e Pais) nas Memórias de Infância Relativas a Práticas Parentais e nos Estilos Educativos Parentais

Os resultados obtidos face à comparação do grupo de Mães e do grupo de Pais nas Memórias de Infância (relativas às práticas educativas do pai e da mãe) - subescalas Suporte Emocional, Rejeição e Sobreproteção - são apresentados no Quadro 4.

Observa-se que se obtém apenas uma diferença estatisticamente significativa para a Sobreproteção Materna ($p < .05$), obtendo as Mães, em comparação com os Pais, uma média significativamente mais elevada.

Quadro 4. Memórias de Infância Relativas a Práticas Parentais – Comparação entre Mães e Pais (Médias, Desvios-Padrão e Valores de t e p)

	Mães		Pais		t	p
	M	DP	M	DP		
Memórias de Infância Relativas à Mãe						
Suporte Emocional	20.74	4.25	20.90	4.36	-.23	.818
Rejeição	12.73	4.10	12.30	3.12	.73	.466
Sobreproteção	16	3.43	14.84	2.89	2.14	.034
Memórias de Infância Relativas ao Pai						
Suporte Emocional	19.41	5.09	19.17	5.21	.28	.784
Rejeição	9.70	2.42	10	2.53	.72	.472
Sobreproteção	14.88	3.18	13.97	2.89	1.76	.080

$n_{\text{Mães}} = 80$, $n_{\text{Pais}} = 63$

De referir que se obtém ainda um resultado marginalmente significativo ($p = .08$) para a Sobreproteção Paterna, sendo a média das Mães mais alta do que a dos Pais.

Relativamente aos resultados para os Estilos Educativos Parentais - Autoritativo, Autoritário e Permissivo (Quadro 5), ocorre uma diferença estatisticamente significativa ($p < .01$) entre as médias dos dois grupos no estilo Autoritativo, alcançando as Mães uma média mais elevada. Nas outras dimensões as médias são aproximadas, sendo quase sobreponíveis para o estilo Permissivo.

Quadro 5. Estilos Educativos Parentais – Comparação entre Mães e Pais (Médias, Desvios-Padrão e Valores de t e p)

	Mães		Pais		t	p
	M	DP	M	DP		
Estilos Educativos Parentais						
Autoritativo	64.10	7.05	59.78	8.68	3.21	.002
Autoritário	23.64	5.41	22.29	4.24	1.68	.096
Permissivo	9.71	2.51	9.70	3.03	.030	.976

$n_{\text{Mães}} = 80$, $n_{\text{Pais}} = 63$

4.2 Análise das Memórias de Infância Relativas a Práticas Parentais e dos Estilos Educativos Parentais em Função do Sexo da Criança (Grupos de Mães e Pais)

No Quadro 6 são apresentados os resultados do grupo de Mães referentes às Memórias de Infância das práticas parentais maternas e paternas em função do sexo da criança. As médias são muito próximas, não se observando, por isso, diferenças significativas para as diferentes subescalas com base no sexo da criança.

Quadro 6. Grupo de Mães - Memórias de Infância Relativas a Práticas Parentais em Função do Sexo da Criança (Médias, Desvios-Padrão e Valores de t e p)

	Sexo da Criança				t	p
	Feminino		Masculino			
	M	DP	M	DP		
Memórias de Infância Relativas à Mãe						
Suporte Emocional	20.60	4.46	20.88	4.09	.29	.775
Rejeição	12.88	4.75	12.58	3.38	.33	.746
Sobreproteção	15.95	3.20	16.05	3.69	.13	.897
Memórias de Infância Relativas ao Pai						
Suporte Emocional	19.60	5.41	19.23	4.82	.33	.744
Rejeição	9.68	2.69	9.73	2.158	.09	.927
Sobreproteção	14.78	2.63	14.98	3.68	.28	.781

$n_{\text{Feminino}} = 40$, $n_{\text{Masculino}} = 40$

Do Quadro 7 constam os resultados do grupo de Pais para as Memórias de Infância relativas às práticas parentais maternas e paternas em função do sexo da criança.

Quadro 7. Grupo de Pais - Memórias de Infância Relativas a Práticas Parentais em Função do Sexo da Criança (Médias, Desvios-Padrão e Valores de t e p)

	Sexo da Criança				t	p
	Feminino		Masculino			
	M	DP	M	DP		
Memórias de Infância Relativas à Mãe						
Suporte Emocional	20.33	5.03	21.42	3.65	.99	.325
Rejeição	12.73	3.68	11.85	2.49	1.13	.264
Sobreproteção	15	3.01	14.70	2.82	.41	.684
Memórias de Infância Relativas ao Pai						
Suporte Emocional	19.23	5.13	19.12	5.36	.09	.933
Rejeição	9.97	2.57	10.03	2.53	.10	.921
Sobreproteção	14.30	3.05	13.67	2.75	.87	.389

$n_{\text{Feminino}} = 30$, $n_{\text{Masculino}} = 33$

Tal como aconteceu para o grupo de Mães, as médias são próximas, não se obtendo diferenças significativas em função do sexo da criança para as subescalas relativas às Memórias de Infância.

Passando agora aos resultados para os Estilos Educativos Parentais em função do sexo da criança, no Quadro 8 apresentam-se os obtidos no grupo de Mães e no Quadro 9 os alcançados no grupo de Pais.

Quadro 8. Grupo de Mães - Estilos Educativos Parentais em Função do Sexo da Criança (Médias, Desvios-Padrão e Valores de t e p)

	Sexo da Criança				t	p
	Feminino		Masculino			
	M	DP	M	DP		
Estilos Educativos Parentais						
Autoritativo	63.75	8.04	64.43	5.98	.41	.683
Autoritário	25.53	5.16	23.75	5.70	.20	.854
Permissivo	10.05	2.50	9.38	2.51	1.21	.232

$n_{\text{Feminino}} = 40$, $n_{\text{Masculino}} = 40$

Verifica-se que, quer no grupo de Mães quer no grupo de Pais, as médias são próximas, não se obtendo diferenças estatisticamente significativas para os Estilos Parentais em função do sexo da criança.

Quadro 9. Grupo de Pais - Estilos Educativos Parentais em Função do Sexo da Criança (Médias, Desvios-Padrão e Valores de t e p)

	Sexo da Criança				t	p
	Feminino		Masculino			
	M	DP	M	DP		
Estilos Educativos Parentais						
Autoritativo	59.47	7.49	60.06	9.75	.27	.789
Autoritário	22.07	4.15	22.48	4.38	.39	.699
Permissivo	9.97	3.00	9.45	3.08	.67	.507

$n_{\text{Feminino}} = 30$, $n_{\text{Masculino}} = 33$

4.3 Análise Correlacional das Memórias de Infância Relativas a Práticas Parentais com os Estilos Educativos Parentais (Grupos de Mães e Pais)

Nos Quadros 10 e 11 são apresentados os resultados para as correlações entre as Memórias de Infância relativas às práticas parentais (maternas e paternas) e os Estilos Educativos Parentais atuais, respetivamente das Mães e dos Pais participantes no estudo.

Em relação ao grupo de Mães (Quadro 10), observa-se uma correlação significativa positiva entre a adoção de um Estilo Autoritativo no presente e a perceção do recurso a Suporte Emocional por parte da mãe na infância ($p < .05$), obtendo-se também uma correlação positiva entre a recordação de práticas de Sobreproteção por parte do pai e a adoção na atualidade de um estilo parental Autoritário ($p < .05$). De referir que ocorrem ainda duas correlações marginalmente significativas ($p = .08$), uma negativa e outra positiva, do Estilo Autoritativo e do Estilo Permissivo, respetivamente, com a perceção de recurso a Rejeição por parte do pai na infância.

Quadro 10. Grupo de Mães - Correlação entre as Memórias de Infância Relativas a Práticas Parentais e os Estilos Educativos Parentais

	Memórias de Infância					
	Relativas à Mãe			Relativas ao Pai		
	SE	Rj	Sb	SE	Rj	Sb
Estilos Parentais						
Autoritativo	.23*	-.14	.12	.14	-.20 [†]	.11
Autoritário	-.06	.07	.17	-.07	.07	.25*
Permissivo	-.18	.06	-.07	-.12	.19 [†]	-.17

Nota. SE – Suporte Emocional, Rj – Rejeição, Sb – Sobreproteção

$n_{\text{Mães}} = 80$

* $p < .05$, [†] $p = .08$

Relativamente à correlação entre as Memórias de Infância (relativas à mãe e ao pai) e os Estilos Parentais no grupo de Pais, no Quadro 11 observa-se uma correlação positiva significativa entre a Sobreproteção por parte do pai e a adoção de um estilo Autoritário na atualidade ($p < .05$), obtendo-se ainda duas correlações marginalmente significativas e positivas do estilo Permissivo com a Sobreproteção quer materna ($p = .08$), quer paterna ($p = .06$).

Quadro 11. Grupo de Pais - Correlação entre as Memórias de Infância Relativas a Práticas Parentais e os Estilos Educativos Parentais

	Memórias de Infância					
	Relativas à Mãe			Relativas ao Pai		
	SE	Rj	Sb	SE	Rj	Sb
Estilos Parentais						
Autoritativo	.17	-.02	.05	.13	-0.55	.02
Autoritário	.04	.14	.07	.12	.171	.28*
Permissivo	-.06	.20	.23 [†]	-.09	.185	.24 ^{††}

Nota. SE – Suporte Emocional, Rj – Rejeição, Sb – Sobreproteção

$n_{\text{Pais}} = 63$

* $p < .05$, [†] $p = .08$ ^{††} $p = .06$

5. Discussão

Este estudo centra-se nas memórias de infância de mães e pais de crianças em idade escolar, relativas às práticas parentais dos seus próprios progenitores, e nos estilos parentais que são adotados, na atualidade, no desempenho do seu papel parental, de forma a melhor entender o impacto nos adultos das práticas parentais experimentadas na infância, em particular no modo como vão exercer o seu papel parental.

Em seguida é feita a discussão dos resultados, organizada segundo a ordem anteriormente utilizada para a definição dos três objetivos do estudo e para a apresentação dos resultados.

5.1 Diferenças entre Mães e Pais nas Memórias de Infância Relativas a Práticas Parentais e nos Estilos Educativos Parentais

No que diz respeito à comparação dos dois grupos (mães e pais) nas memórias de infância de práticas parentais e nos estilos educativos (Objetivo 1), salientou-se que, na primeira dimensão, as mães, comparativamente com os pais, indicaram um nível significativamente mais elevado de sobreproteção materna. Acresce que as mães tendem a identificar ainda um maior recurso a sobreproteção por parte do pai. Os resultados obtidos corroboram a hipótese colocada (Hipótese 1a), que previa que os pais e as mães se distinguiriam na perceção relativa às práticas educativas parentais dos seus próprios progenitores, pelo menos no que diz respeito à sobreproteção, referindo as mães níveis mais elevados.

Considerando a literatura no âmbito das memórias de infância referentes a práticas educativas parentais, salienta-se que os resultados se enquadram nos alcançados por Boing (2014) e Canavarro (1996), referindo as autoras que as mães (face aos pais) recordam mais sobreproteção por parte dos seus progenitores. Na linha do mencionado no estudo de Boing (2014), os resultados sugerem ainda que os pais e as mães têm perceções muito semelhantes relativamente às práticas parentais dos progenitores (neste caso no âmbito do suporte emocional e da rejeição), captando-se também, numa análise meramente descritiva, que, em ambos os grupos, os participantes reportaram níveis claramente mais elevados de suporte emocional e mais baixos de rejeição (dimensões avaliadas com um número de itens semelhante), o que é, mais uma vez, concordante com o referido por Boing (2014).

Relativamente à comparação dos dois grupos nos estilos educativos parentais, verificou-se que as mães reportaram um recurso significativamente mais frequente ao

estilo autoritativo. Este resultado corrobora a hipótese colocada (Hipótese 1b) em que se estimava que as mães e os pais se diferenciasssem nos estilos educativos parentais, pelo menos no autoritativo, apresentando as mães um recurso mais frequente a este estilo.

A tendência dos resultados é consonante com a encontrada na literatura, salientando vários autores que as mães, em comparação com os pais, recorrem mais ao estilo autoritativo (e.g., Agostinho, 2009; Boing, 2014; Correia & Ribeiro, 2012; Esteves, 2010; Pedro et al., 2015 Russel et al., 1998), mencionando mesmo Agostinho (2009) que ele pode ser perspetivado como um estilo tendencialmente feminino.

Não se chegou a atingir significância estatística para a comparação mães-pais no estilo autoritário ($p = .096$), contudo, é pertinente considerar que, com uma amostra de maior dimensão, essa significância possa ser atingida, o que é de ter em conta em estudos futuros. O resultado é distinto do referido por Russell et al. (1998), em cujo estudo os pais recorreram mais ao estilo autoritário do que as mães. Dada a diferença de 20 anos entre os dois estudos, e as importantes mudanças sociais, parentais e nos papéis de género que têm vindo a ocorrer nas últimas décadas, será interessante que, em estudos futuros, se continue a analisar a relevância deste estilo para mães e pais, contemplando também outras formas de família (já que no presente estudo a maior parte é nuclear).

5.2 Memórias de Infância Relativas a Práticas Parentais, Estilos Educativos Parentais, e Sexo da Criança

Neste ponto aborda-se a análise das dimensões estudadas em função do sexo da criança (Objetivo 2). Face às memórias de infância relativas a práticas parentais da mãe e do pai, não se obtiveram variações significativas nesta dimensão (nos dois grupos) em função da criança ser do sexo masculino ou feminino. Desta forma, não se confirma a hipótese geral colocada (Hipótese 2a), a qual previa diferenças com base no sexo da criança.

Os resultados não são consonantes com os do único estudo neste âmbito a que foi possível aceder (Almeida, 2013) indicativos de que quer os pais, quer as mães das raparigas tendem a percecionar o recurso a mais práticas de suporte emocional por parte dos seus próprios pais (mãe e pai) durante a infância. Segundo a autora, tal poderá estar relacionado com o facto de algumas características, que frequentemente tendem a ser associadas ao feminino, suscitarem, em alguns pais e mães, recordações de práticas parentais que remetem para apoio, cuidado e afeto.

Por sua vez, a análise dos estilos educativos parentais em função do sexo da criança também não conduziu a resultados significativos em qualquer dos grupos. Nesta sequência, não se confirma a hipótese que previa que as mães e os pais refeririam um maior recurso ao estilo autoritário com os rapazes e ao estilo autoritativo com as raparigas (Hipótese 2b).

A ausência de resultados significativos com base no sexo da criança é consonante com os resultados dos estudos de Albuquerque (2016) e de Roskam e Meunier (2009), mas é discordante do mencionado por outros autores que apontam para diferenças nos estilos educativos parentais em função do sexo da criança (e.g., Azkeskin et al., 2013; Conrade & Ho, 2001; Correia & Ribeiro, 2012; Russel et al., 1998), reforçando-se, assim, a já referida inconsistência de resultados neste domínio. É possível que esta inconsistência se deva a características distintas das amostras dos vários estudos, designadamente características sociodemográficas e culturais. Por exemplo, nos estudos de Azkeskin et al. (2013), Conrade e Ho (2001) e Russel et al. (1998), os participantes são turcos ou australianos (estes integrados nos dois últimos estudos), pelo que aspetos relacionados com diversidade cultural são suscetíveis de contribuir para os resultados distintos. Assim, é possível que haja diferenças, por exemplo, nos costumes, normas, comportamentos e papéis familiares, parentais e sociais que os pais, ou as crianças, de uma cultura, adotam de forma mais frequente, ou que são mais valorizados, e que poderão explicar as diferenças de resultados. Poder-se-á argumentar que o estudo de Correia e Ribeiro (2012) obteve resultados significativos em função do sexo da criança, tal como os estudos referidos, e que, no entanto, integra participantes portugueses. Mencione-se, no entanto, que neste estudo há uma grande disparidade na idade das crianças-alvo, dos 2 aos 18 anos, integrando, portanto, várias fases do desenvolvimento, o que poderá contribuir fortemente para a diferença de resultados face ao presente estudo.

5.3 Relação entre Memórias de Infância Relativas a Práticas Parentais e Estilos Educativos Parentais

No que diz respeito à relação das memórias de infância relativas a práticas parentais com os estilos educativos, em ambos os grupos (Objetivo 3), os resultados apontaram para que, no grupo de mães, a perceção de mais práticas de suporte emocional por parte da mãe, na infância e adolescência, se associou com o maior recurso, na atualidade, a um estilo autoritativo na relação com os filhos. Este resultado é consonante com o obtido no estudo de Boing (2014), que encontra idêntica tendência. O resultado

poderá ter subjacente um fenómeno de modelagem (ver Beaton & Doherty, 2007) em que o comportamento parental das mães reproduzirá características do comportamento da sua própria mãe na infância, que, em diversos casos, até poderia ser, por hipótese, a cuidadora principal.

Ainda no grupo de mães, verificou-se uma associação positiva entre a sobreproteção paterna e o estilo autoritário, o que, aliás, também aconteceu no grupo de pais, denotando, assim, que as mães e os pais que percecionam mais sobreproteção por parte do pai na infância e adolescência, adotam mais um estilo autoritário na relação com os filhos na atualidade. Tendo em conta que as práticas parentais de sobreproteção são caracterizadas por atitudes de controlo e intrusão excessivos dos pais na vida dos filhos, então a sobreproteção paterna poderá estar associada com consequências negativas para o clima emocional que se irá estabelecer mais tarde na relação entre os pais (mãe e pai) e os filhos, já que o estilo autoritário se caracteriza por controlo, punição, restrição da vontade, do comportamento e da autonomia da criança, e não encorajamento do diálogo (Baumrind, 1966), o que, por sua vez, tem consequências nefastas no desenvolvimento/adaptação da criança (Baumrind, 1967, ver também Cardoso & Veríssimo, 2013). Desta forma, será viável considerar a sobreproteção paterna na infância/adolescência como um potencial fator de risco para a parentalidade do adulto (de mães e pais).

A propósito da sobreproteção, mencione-se ainda que, no grupo de pais, se obtiveram resultados sugestivos de uma tendência para o maior recurso ao estilo permissivo se associar com a perceção de mais práticas de sobreproteção na infância, por parte de ambas as figuras parentais. Este resultado reforça a hipótese antes colocada, de que práticas parentais de sobreproteção na infância poderão contribuir para estilos educativos parentais mais negativos no presente, neste caso, o estilo permissivo. Assim, as práticas de sobreproteção na infância, poderão desencadear no presente uma atitude que tem subjacente baixa exigência e controlo dos pais face ao comportamento dos filhos. Consequentemente, estes pais acabam por manifestar uma atitude contrária àquela que os seus pais tiveram com eles durante a infância (ser alvo de elevado controlo enquanto filhos, exercício de baixo controlo enquanto pais), podendo tal ser considerado como um fenómeno de compensação face às vivências da infância (ver Beaton & Doherty, 2007). No entanto, este comportamento parental não será benéfico para o desenvolvimento da criança, uma vez que, como se referiu na Introdução, o estilo permissivo associa-se com efeitos negativos no desenvolvimento académico e social da criança, e dificuldades na

autonomia e regulação das emoções, entre outras (Baumrind, 1967; Baumrind, 1971; ver também Cardoso & Veríssimo, 2013). De notar que, enquanto a associação da sobreproteção (materna e paterna) com o estilo autoritário esteve presente nos dois grupos, a associação daquele tipo de práticas com o estilo permissivo aconteceu apenas para os pais (ainda que de forma tendencial), sugerindo o potencial maior impacto neles relativamente a este estilo. Contudo, estudos futuros deverão averiguar esta tendência com outras amostras.

Os resultados que associam os estilos autoritário e permissivo com a sobreproteção na infância são discrepantes dos relatados no estudo de Boing (2014), em que as vivências de sobreproteção paterna (e também materna) na família de origem se associaram negativamente com características do estilo autoritário e permissivo, e positivamente com características do estilo autoritativo. Tal poderá ser explicado, pelo menos em parte, com base no reduzido número de participantes e em características específicas do estudo de Boing (2014) (e.g., estudo com uma análise qualitativa e com doze famílias), incluindo sociodemográficas como a idade das crianças-alvo (média de 6.2 anos *versus* 10.01 e 10.21 no presente estudo, respetivamente para o caso das mães e dos pais).

Finalmente, foi ainda observada uma tendência para as mães que percecionam um maior recurso a práticas parentais de rejeição por parte do pai, na infância/adolescência, recorrerem menos a um estilo autoritativo e mais a um estilo permissivo na atualidade. Este resultado diverge do relatado no estudo de Boing (2014), onde no grupo de mães a rejeição não se associou com os estilos parentais atuais, o que, de acordo com a autora, se poderá dever ao número reduzido de indivíduos que participaram no estudo. No presente trabalho, o resultado para as mães sugere que as práticas paternas de rejeição na infância serão suscetíveis de conduzir a um défice de práticas positivas na relação com os filhos, parecendo haver, mais uma vez, um fenómeno de compensação (ver Beaton & Doherty, 2007), já que as mães, ao se terem sentido pressionadas para se comportarem e agirem de acordo com a vontade dos seus pais e ao não se sentirem, por hipótese, aceites pela figura parental, poderão promover, no presente, que os filhos tenham a possibilidade de agir consoante a sua própria vontade, colocando-se mesmo a hipótese que o clima relacional promovido pelas mães seja próximo do estilo negligente, dado os níveis mais baixos do estilo autoritativo e mais altos do permissivo.

Os resultados decorrentes da análise da relação entre as dimensões em estudo permitem confirmar a hipótese geral colocada (H3) que previa encontrar uma associação

entre as memórias de infância relativas a práticas educativas parentais e os estilos educativos na atualidade.

No geral, das cinco hipóteses colocadas, confirmam-se três, não se confirmando duas (2a e 2b, que remetem para diferenças em função do sexo da criança).

Este estudo, ao sugerir a potencial influência que as práticas educativas parentais, percebidas na infância por um determinado indivíduo, poderão ter, mais tarde, na forma como exercerá o seu papel parental enquanto pai ou mãe, alertam para a pertinência das dimensões estudadas serem tidas em conta no trabalho com pais. De facto, os resultados podem ter implicações para o aconselhamento e orientação parentais, incluindo um carácter preventivo (e mesmo para a intervenção com mães e pais em psicoterapia individual), com vista à adoção de práticas parentais positivas e benéficas para o desenvolvimento dos filhos, que promovam um clima emocional salutogénico na relação pais-criança. Com efeito, tal é especialmente apropriado uma vez que são conhecidas as consequências nefastas para a criança, aos níveis socio-emocional e comportamental, de estilos parentais que têm subjacente práticas educativas negativas.

6. Conclusão

Nesta secção final serão apresentadas as principais conclusões da investigação realizada, tendo em conta os objetivos estabelecidos. Serão também apontadas algumas limitações do estudo, assim como propostas para futuras investigações nesta área.

O presente estudo, com mães e pais de crianças com idades entre os 5/6 e os 12 anos, pretendeu averiguar se existe uma relação entre o modo como se foi educado na família de origem (memórias de infância relativas a práticas parentais) e a forma como se exerce o papel parental (estilos educativos parentais), considerando-se também eventuais diferenças em função do sexo parental e do sexo dos filhos.

Dos resultados obtidos sobressaiu que, da comparação dos dois grupos (objetivo 1), as mães percecionam ter experienciado na infância/adolescência mais práticas de sobreproteção (sobretudo materna) do que os pais, recorrendo também mais frequentemente, no momento atual, a um estilo autoritativo na relação com os filhos.

Neste estudo, quer as memórias de infância relativas a práticas parentais quer os estilos educativos parentais na atualidade não mostraram variar de forma significativa em função do sexo das crianças (objetivo 2), considerando a perspetiva das mães e dos pais.

A análise da relação entre as memórias de infância relativas a práticas parentais e os estilos educativos (objetivo 3), aponta, no grupo de mães, para uma associação (positiva) entre as práticas de suporte emocional materno na infância e a adoção de um estilo parental autoritativo na atualidade. Acresce que se salientou uma tendência para níveis mais elevados de práticas de rejeição paterna se relacionarem com um menor recurso ao estilo autoritativo e um maior recurso ao estilo permissivo. Ainda no grupo de mães, as práticas de sobreproteção paterna na infância relacionaram-se com a adoção de um estilo autoritário, o que também aconteceu no grupo de pais. Neste grupo, sobressaiu igualmente uma relação tendencial da sobreproteção materna e paterna na infância/adolescência com o maior recurso ao estilo permissivo na relação com os filhos.

No geral, os resultados enquadram-se nos de estudos que apontam para que as práticas parentais mais positivas na família de origem propiciam, na atualidade, a adoção de práticas parentais também elas mais positivas (e.g., Boing, 2014; Stover & Kahn, 2013). Eles mostram ainda que a sobreproteção paterna se associa com estilos parentais menos salutogénicos (estilo autoritário e permissivo), ao contrário do que aconteceu no estudo de Boing (2014), o único que avalia as duas dimensões consideradas e com a mesma metodologia usada neste estudo, ainda que através de um procedimento de análise de dados diferente, já que recorre a uma análise qualitativa. Para além disso, salienta-se

que os resultados apontam para a existência de fenómenos de modelagem e compensação (ver Beaton & Doherty, 2007) nas práticas parentais das mães e pais face aos filhos, com base nas práticas educativas dos seus próprios pais na infância/adolescência, apontando ainda para uma eventual intergeracionalidade das práticas parentais, que alguns autores referem existir (e.g., Boing, 2014; Lopes, 2012; Weber et al., 2006).

Com este estudo espera-se ter dado um contributo para aumentar o conhecimento referente às variáveis em estudo. Em primeiro lugar, em termos das diferenças em função do sexo parental e da criança, sendo neste último caso a literatura praticamente omissa no âmbito das memórias de infância e com resultantes discrepantes relativamente aos estilos parentais. Em segundo lugar, no que diz respeito à relação das memórias de infância com os estilos parentais, que não tem recebido atenção do ponto de vista empírico, os resultados sugerem a pertinência de se considerar a potencial influência das práticas parentais vividas na infância, na vida adulta, e especificamente no exercício da parentalidade na atualidade, ou seja, na altura em que a criança de então terá, ela própria, que educar e cuidar de um filho. Em terceiro lugar, espera-se que o estudo possa vir a ser útil para o desenvolvimento de formas de intervenção mais eficazes juntos de pais que careçam de apoio na parentalidade.

Numa outra linha, considera-se que o estudo tem duas mais-valias, designadamente o facto de incluir mães e pais, possibilitando a comparação das perspetivas de ambos de uma forma independente, e o facto de os grupos não se diferenciarem em variáveis sociodemográficas básicas, o que permite excluir a interferência deste tipo de variáveis (pelo menos das consideradas) nas diferenças entre os grupos.

Não obstante os contributos do estudo, algumas limitações deverão ser assinaladas, designadamente a assimetria na dimensão entre o grupo de mães e de pais, e a dimensão reduzida dos subgrupos constituídos com base no sexo da criança. De referir também o facto de a amostra global ser de conveniência (não possibilitando a generalização dos resultados à população geral) e de os procedimentos de análise de dados não permitirem inferir causalidade. Acresce que só houve o recurso a instrumentos de autorrelato e a recolha foi não presencial, não tendo havido, assim, controlo sobre o processo e o contexto em que ocorreu o preenchimento dos instrumentos. De referir ainda que os resultados poderão ter subjacente algum enviesamento decorrente de um certo tipo de desejabilidade social, já que é admissível considerar que alguns participantes possam ter dado respostas mais positivas relativamente ao exercício do seu papel parental do que

na realidade acontece. Uma vez que as memórias de infância remetem para uma percepção retrospectiva, é viável considerar que possa ter havido também, em alguns casos, um enviesamento (num sentido mais positivo ou mais negativo) no que se refere ao que é recordado do comportamento parental.

Para além das referências pontuais a pistas para investigação anteriormente sugeridas, futuramente seria pertinente a realização de estudos que continuem a focar a relação entre as memórias de infância relativas a práticas parentais e os estilos educativos parentais, devido à quase inexistente de literatura neste âmbito, incluindo estudos com mães e pais da mesma criança (grupos dependentes). Teria pertinência a exploração da relevância de outras variáveis sociodemográficas (e.g., nível socioeconómico, nível educacional, número de filhos) nas memórias de infância relativas a práticas parentais. Uma vez que as vivências da infância são importantes na vida futura e no funcionamento mental do indivíduo, seria relevante estudar a relação entre as memórias de infância e a sintomatologia psicopatológica, bem como proceder à comparação de grupos clínicos e não clínicos. No âmbito específico dos estilos parentais, poder-se-ia ainda analisar o par parental, considerando não só as auto-percepções mas também as hétero-percepções, para além de que seria igualmente pertinente integrar a criança como informante. Por fim, poder-se-ia estudar os efeitos indiretos (mediação) de outras variáveis na relação entre as memórias de infância (das práticas educativas parentais) e os estilos parentais atuais como variáveis relacionadas com a vinculação ou o funcionamento psicológico (e.g., ansiedade, depressão).

7. Referências

- Agostinho, A. C. (2009). *Filhos na escola e filhos adultos: A relação entre funcionamento familiar, parentalidade e resiliência* (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Albuquerque, S. D. Q. (2016) *Género e estilos parentais: Um estudo sobre a relação entre género dos pais e dos filhos e práticas de estilos parentais* (Dissertação de Mestrado não publicada). Instituto Superior de Educação e Ciências, Lisboa.
- Almeida, A. O. (2013). *Envolvimento paterno e memórias de infância em pais de crianças com idades entre os 5 e os 10 anos* (Dissertação de Mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Akun, E. (2017). Relations among adults' remembrances of parental acceptance–rejection in childhood, self-reported psychological adjustment, and adult psychopathology. *Comprehensive Psychiatry*, 77, 27-37. doi: 10.1016/j.comppsy.2017.05.002
- Azkeskin, K. E., Guven, G., Gural, M., & Sezer, T. (2013). Parenting styles: Parents with 5-6 years old children. *Journal of Educational and Instructional Studies in the World*, 3(1), 74-82.
- Baumrind, D. (1966). Effects of authoritative parental control on child behavior. *Child Development*, 37(4), 887-907. doi: 10.2307/1126611
- Baumrind, D. (1967). Child care practices anteceding three patterns of preschool behavior. *Genetic Psychology Monographs*, 75(1), 43-88.
- Baumrind, D. (1971). Current patterns of parental authority. *Developmental Psychology Monographs*, 4(1, pt.2), 1-103. doi: dx.doi.org/10.1037/h0030372
- Beaton, J. M., & Doherty, W. J. (2007). Fathers' family of origin relationships and attitudes about father involvement from pregnancy through first year postpartum. *Fathering*, 5(3), 236-245. doi: 10.3149/fth.0503.236
- Boing, E. (2014). *Relações entre coparentalidade, funcionamento familiar e estilos parentais em uma perspectiva intergeracional* (Tese de Doutorado não publicada). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Bowlby, J. (1982). *Attachment and loss. Vol. 1. Attachment* (2nd ed.). London: Basic Books. (Obra original publicada em 1969)
- Brazelton, T. B., & Cramer, B. G. (1993). Aspectos essenciais da interação precoce. In T. B. Brazelton & B. G Cramer (Eds.). *A relação mais precoce: Os pais, os bebés e a interação precoce* (pp. 137-144). Lisboa: Terramar.

- Canavarro, M. C. S. (1996). A avaliação das práticas educativas através do EMBU: Estudos psicométricos. *Psychologica*, 16, 5-18.
- Cardoso, J., & Veríssimo, M. (2013). Estilos parentais e relações de vinculação. *Análise Psicológica*, 31(4), 393-406. doi: 10.14417/ap.807
- Coimbra de Matos, A. (2002a). A patologia mental, patologia da relação. In A. Coimbra de Matos (Ed.), *O desespero: Aquém da depressão* (pp. 115-117). Lisboa: Climepsi.
- Coimbra de Matos, A. (2002b). Em redor da latência sexual. In A. Coimbra de Matos (Ed.), *O desespero: Aquém da depressão* (pp. 395-402). Lisboa: Climepsi.
- Coimbra de Matos, A. (2002c). Lactação e instinto maternal. In A. Coimbra de Matos (Ed.), *O desespero: Aquém da depressão* (pp. 95-98). Lisboa: Climepsi.
- Coimbra de Matos, A. (2002d). Notas sobre a identificação. In A. Coimbra de Matos (Ed.), *O desespero: Aquém da depressão* (pp. 199-201). Lisboa: Climepsi.
- Coimbra de Matos, A. (2002e). O desenvolvimento infantil na perspetiva psicanalítica. In A. Coimbra de Matos (Ed.), *O desespero: Aquém da depressão* (pp. 271-282). Lisboa: Climepsi.
- Coimbra de Matos, A. (2002f). O eu e a identidade. In A. Coimbra de Matos (Ed.), *O desespero: Aquém da depressão* (pp. 241-243). Lisboa: Climepsi.
- Coimbra de Matos, A. (2002g). Primeira consciência e nostalgia do passado. In A. Coimbra de Matos (Ed.), *O desespero: Aquém da depressão* (pp. 231-236). Lisboa: Climepsi.
- Coimbra de Matos, A. (2002h). Relação precoce mãe-filho. In A. Coimbra de Matos (Ed.), *O desespero: Aquém da depressão* (pp. 165-167). Lisboa: Climepsi.
- Coimbra de Matos, A. (2002i). Sobrevoando a evolução psíquica. In A. Coimbra de Matos (Ed.), *O desespero: Aquém da depressão* (pp. 369-371). Lisboa: Climepsi.
- Collins, W. A., Madsen, S. D., & Susman-Stillman, A. (2002). Parenting during middle childhood. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting: Volume 1* (pp. 73-101). London: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Conrade, G., & Ho, R. (2001). Differential parenting styles for fathers and mothers: Differential treatment for sons and daughters. *Australian Journal of Psychology*, 53(1), 29-35. doi: 10.1080/00049530108255119
- Correia, R. A., & Ribeiro, M. T. (2012). É menino ou menina: Diferenças entre pais e mães, filhos e filhas nos estilos parentais. In L. Mata, F. Peixoto, J. Morgado, J. C. Silva, & V. Monteiro (Eds.), *Atas do 12.º Colóquio Internacional de Psicologia e Educação - Educação, aprendizagem e desenvolvimento: Olhares contemporâneos*

- através da investigação e da prática* (pp. 834-848). Lisboa: ISPA - Instituto Universitário
- Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting style as context: An integrative model. *Psychological Bulletin*, 113(3), 487-496. doi: dx.doi.org/10.1037/0033-2909.113.3.487
- Durand, G., & Bali, P. (2017). Parental overprotection and emotional abuse predict the presence of psychopathic traits in adulthood. *Preprints*, 1-16. doi:10.20944/preprints201610.0047.v2
- Esteves, A. S. (2010). *Estilos parentais e coparentalidade: Um estudo exploratório com casais portugueses* (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Freud, S. (2009). A sexualidade infantil. In S. Freud (Ed.), *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (N. Batalha trad., pp. 43-69). Lisboa: Relógio D' Água Editores. (Obra original publicada em 1905)
- Lomanowska, A. M., Boivin, M., Hertzman, C., & Fleming, A. S. (2015). Parenting begets parenting: A neurobiological perspective on early adversity and the transmission of parenting styles across generations. *Neuroscience*, 342, 120-139. doi: 10.1016/j.neuroscience.2015.09.029
- Lopes, F. (2012). Transmissão entre gerações de estilos educativos parentais. Estudo exploratório de famílias com três gerações. (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Maccoby, E. E., & Martin, J. A. (1983). Socialization in the context of the family: Parent-child interaction. In P. H. Mussen & E. M. Hetherington (Eds.), *Handbook of child psychology: Socialization, personality, and social development* (vol. 4, pp. 1-101). New York: Wiley.
- Marcelli, D. (2005). *Infância e psicopatologia*. Lisboa: Climepsi.
- Miguel, I., Valentim, J. P., & Carugati, F. (2009). Questionário de Estilos e Dimensões Parentais – Versão reduzida: Adaptação portuguesa do Parenting Styles and Dimensions Questionnaire – Short form. *Psychologica*, 51, 169-188. doi: dx.doi.org/10.14195/1647-8606_51_11
- Mitchell, S. A. (1988). *Relational concepts in psychoanalysis*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Papalia, D. E., & Feldman, R. D. (2013). Desenvolvimento psicossocial na terceira infância. In D. E. Papalia & R. D. Feldman (Eds.), *Desenvolvimento humano* (C.

- Monteiro, & M. C. Silva trad., pp. 354-383). São Paulo, SP: AMGH Editora. (Obra original publicada em 2012)
- Patihis, L., & Loftus, E. (2016). Crashing memory 2.0: False memories in adults for an upsetting childhood event. *Applied Cognitive Psychology*, 30, 41-50. doi: 10.1002/acp.3165
- Pedro, M. F., Carapito, E., & Ribeiro, T. (2015). Parenting Styles and Dimensions Questionnaire - Versão portuguesa de autorrelato. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28(2), 302-312. doi: dx.doi.org/10.1590/1678-7153.201528210
- Perris, C., Jacobson, L., Lindstrom, H., van Knorring, L., & Perris, H. (1980). Development of a new inventory for assessing memories of parental rearing behavior. *Acta Psychiatrica Scandinavica*, 61, 265-274. doi: 10.1111/j.1600-0447.1980.tb00581.x
- Pinquart, M. (2017). Associations of parenting dimensions and styles with externalizing problems of children and adolescents: An updated meta-analysis. *American Psychological Association*, 53(5), 873-932. doi: 10.1037/dev0000295
- Prioste, A., Narciso, I., Gonçalves, M. M., & Pereira, C. R. (2016). Adolescent parents' values: The role played by retrospective perceptions of the family-of-origin. *Journal of Child & Family Studies*, 25(1), 224-231. doi: 10.1007/s10826-015-0211-x
- Robinson, C., Mandleco, B., Olsen, S., & Hart, C. (2001). The Parenting Styles and Dimensions Questionnaire (PSDQ). In B. F. Perlmutter, J. Touliatos, & G. W. Holden (Eds.), *Handbook of family measurement techniques: Vol. 3. Instruments & Index* (pp. 319-321). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Rodrigues, A., Figueiredo, B., Pacheco, A., Costa, R., Cabeleira, C., & Magarinho, R. (2004). Memória de cuidados na infância, estilo de vinculação e qualidade da relação com pessoas significativas: Estudo com grávidas adolescentes. *Análise Psicológica*, XXII(4), 643-665. doi: https://doi.org/10.14417/ap.257
- Roskam, I., & Meunier, J. C. (2009). How do parenting concepts vary within and between the families? *European Journal of Psychology of Education*, 24(1), 33-47. doi: 10.1007/BF03173473
- Rothrauff, T. C., Cooney, T. M., & An, J., S. (2009). Remembered parenting styles and adjustment in middle and late adulthood. *Journal of Gerontology: Social Sciences*, 64B(1), 137-146. doi: 10.1093/geronb/gbn008

- Ruiz-Ortiz, R., Braza, P., Carreras, R., & Muñoz, J. M. (2017). Differential effects of mother's and father's parenting on prosocial and antisocial behavior: Child sex moderating. *Journal of Child and Family Studies*, 26(8), 2182–2190. doi: 10.1007/s10826-017-0726-4
- Russell, A., Aloa, V., Feder, T., Glover, A., Miller, H., & Palmer, G. (1998). Sex-based differences in parenting styles in a sample with preschool children. *Australian Journal of Psychology*, 50(2), 89-99. doi: 10.1080/0004953980825753
- Santos, S. V., & Narciso, I. (2014). Questionário sociodemográfico e de desenvolvimento - Documento interno. Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa.
- Saramago, J. (1982/2009). *Memorial do Convento*. Lisboa: Caminho.
- Smetana, J. G. (2017). Current research on parenting styles, dimensions, and beliefs. *Current Opinion in Psychology*, 15, 19-25. doi: dx.doi.org/doi:10.1016/j.copsyc.2017.02.012
- Stover, C. S., & Kahn, M. (2013). Family of origin influences on the parenting of men with co-occurring substance abuse and intimate partner violence. *Advances in Dual Diagnosis*, 6(2), 84-94. doi: 10.1108/ADD-03-2013-0006.
- Wang, Q., & Peterson, C. (2014). Your earliest memory may be earlier than you think: Prospective studies of children's dating of earliest childhood memories. *Developmental Psychology*, 50(6), 1680-1686. doi: 10.1037/a0036001
- Weber, L. N. D., Selig, G. A., Bernardi, M. G., & Salvador, A. P. V. (2006). Continuidade dos estilos parentais através das gerações - Transmissão intergeracional de estilos parentais. *Paidéia*, 16(35), 407-414. doi: dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2006000300011
- Wells, C., Morrison, C. M., & Conway, M. (2013). Adult recollections of childhood memories: What details can be recalled? *The Quarterly Journal of Experimental Psychology*, 67(7), 1-13. doi: 10.1080/17470218.2013.856451
- Winnicott, D. W. (1960). The theory of the parent-infant relationship. *The International Journal of Psychoanalysis*, 41, 585-595.
- Zimmermann, J., Eisemann, M. R., & Fleck, M. P. (2008). Is parental rearing an associated factor of quality of life in adulthood? *Quality of Life Research*, 17(2), 249-255. doi: 10.1007/s11136-007-9261-x